Sábado, 30 de maio de 2026 **I Série — Número 98**

DIÁRIO
da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE MAIO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 59 minutos.

Ao abrigo do artigo 227.º do Regimento, procedeu-se ao debate da Interpelação ao Governo n.º 4/XVII/1.ª (PS) — Plano de Emergência e Transformação na Saúde: dois anos de anúncios por cumprir. Proferiram as intervenções de abertura a Deputada Mariana Vieira da Silva (PS) e a Secretária de Estado da Saúde (Ana Povo).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquelas oradoras e do Secretário de Estado da Gestão da Saúde (Francisco Catalão), os Deputados Patrícia Nascimento (CH), Joana Cordeiro (IL), Isabel Fernandes (PSD), Pedro Pinto (CH), Carlos Pereira (PS), Sofia Andrade (PS), Paula Santos (PCP), Mário Amorim Lopes (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Eurídice Pereira (PS), Paulo Muacho (L), Vítor Guerreiro (PS), Fabian Figueiredo (BE), Filipe Sousa (JPP), Marta Martins da Silva (CH), Francisco Sousa Vieira (PSD), Cristina Vieira Henriques (CH), Irene Costa (PS), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Carlos Guimarães Pinto (IL), Alberto Machado (PSD), Eliseu Neves e José Dias Fernandes (CH), Susana Correia (PS) e Ana Oliveira (PSD).

No encerramento do debate intervieram o Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) e o Ministro dos Assuntos

Parlamentares.

Foram lidos os Projetos de Voto n.os 548/XVII/1.ª (CDS-PP) — De pesar pela morte de Pedro Feist e 585/XVII/1.ª (PAR) — De pesar pelo falecimento do General Manuel José Alvarenga de Sousa Santos, cujas partes deliberativas foram aprovadas *(a)*.

Foram aprovadas as partes deliberativas dos Projetos de Voto n.os 586/XVII/1.ª (PAR) — De saudação pelos 25 anos do jornal *Bom Dia*, e 589/XVII/1.ª (PAR) — De saudação pelos 115 anos do voto de Carolina Beatriz Ângelo.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 29/XVII/1.ª (PAR) — Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 981/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao Luxemburgo.

Em votação final, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 963/XVII/1.ª (CAE) — Pronúncia da Assembleia da República sobre a proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que visa estabelecer requisitos harmonizados no mercado interno de transparência na representação de interesses em benefício de países terceiros.

Em votação na generalidade, foi rejeitado o Projeto de Lei n.º 397/XVII/1.ª (L) — Alarga o âmbito das medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais para incluir fenómenos naturais extremos, alterando o Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto.

Em votação final, foram aprovados os seguintes diplomas:

Projeto de Resolução n.º 876/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a publicação anual, por parte dos municípios, de um relatório público sobre as habitações municipais;

Projeto de Resolução n.º 877/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a concretização da ligação do município da Trofa à rede de metro do Porto;

Projeto de Resolução n.º 880/XVII/1.ª (IL) — Pela abertura internacional da ferrovia em Portugal.

Foram rejeitados, em votação final, os Projetos de Resolução n.os 895/XVII/1.ª (PS) — Ampliação do estudo prévio da ligação A23–A6 via nó logístico de Elvas/Campo Maior e considerando as três alternativas a norte Nisa/Gavião, 836/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a convocação do Embaixador de Israel em Lisboa para protesto formal pelos ataques realizados contra o Líbano, 873/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços no sentido de garantir a reabertura da linha aérea entre o Porto e Clermont-Ferrand, em França.

Foram aprovados, em votação final, os Projetos de Resolução n.os 878/XVII/1.ª (IL) — Pela evocação dos 40 anos da catástrofe de Chernobil e reforço do compromisso de Portugal com a segurança nuclear, a responsabilização histórica e o apoio à soberania da Ucrânia, 254/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a aprovação de medidas urgentes de apoio aos apicultores afetados pelos incêndios rurais de 2025, e 955/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo o reforço das medidas de prevenção e combate à violência policial e ao abuso de poder pelas forças de segurança.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 884/XVII/1.ª (L) — Recomenda a criação de um grupo de recrutamento em Português Língua Não Materna.

Em votação na generalidade, foram aprovados o seguintes diplomas:

Projeto de Resolução n.º 667/XVII/1.ª (L) — Recomenda que os exames nacionais dos estudantes com daltonismo lhes estejam totalmente adaptados;

Projeto de Resolução n.º 966/XVII/1.ª (PSD) — Pela promoção da igualdade de condições nos exames nacionais para alunos com daltonismo

Projeto de Resolução n.º 971/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas concretas para garantir a plena acessibilidade das provas e exames nacionais de alunos com daltonismo

Projeto de Resolução n.º 980/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que adote medidas para garantir a equidade e apoio especializado a alunos com necessidades visuais específicas em provas de avaliação externa

Projeto de Resolução n.º 984/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço das medidas de acessibilidade nos exames nacionais para alunos com daltonismo.

Em votação final, foram aprovados os seguintes textos finais:

Texto Final, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projeto de Resolução n.º 846/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que inicie os estudos conducentes à criação de uma estrutura conjunta comum das Forças Armadas nas áreas administrativa, de recursos humanos e logística;

Texto Final, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projeto de Resolução n.º 858/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a adoção de uma estratégia plurianual para o reforço da atratividade, retenção e valorização dos efetivos das Forças Armadas;

Texto Final, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projeto de Resolução n.º 899/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação do Programa «Defender Portugal», estabelecendo um regime de voluntariado jovem para a defesa;

Texto Final, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projeto de Resolução n.º 900/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação e implementação do Programa mente forte, que reforce a saúde mental nas Forças Armadas;

Texto Final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 762/XVII/1.ª (CH) — Pela operacionalização de programas de vida independente para pessoas com deficiência.

Foram ainda aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no sentido de autorizarem dois Deputados do Chega a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 23 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Peço às autoridades para abrirem as portas das galerias.

Eram 9 horas e 59 minutos.

Cumprimento o Sr. Ministro e os restantes membros do Governo.

Pausa.

Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que se encontra nos suportes institucionais da Assembleia da República o conjunto de iniciativas que deram entrada desde o dia de ontem, que foi a nossa última reunião.

O Sr. **Presidente**: — Há dias em que esta fórmula é tão curta que, se calhar, dava jeito ser um bocadinho mais longa, não é?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Hoje era um desses dias!

O Sr. **Presidente**: — Mas enfim, bom, bom, bom, é mesmo ser assim.

Portanto, vamos dar início ao debate da Interpelação ao Governo n.º 4/XVII/1.ª (PS) — Plano de Emergência e Transformação na Saúde: dois anos de anúncios por cumprir. Para a primeira intervenção, dou a palavra à Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Faz hoje dois anos que foi aprovado o Plano de Emergência e Transformação na Saúde. Não foi um momento pouco relevante: por um lado, porque tinha sido um tema central da campanha da AD (Aliança democrática); por outro, porque as promessas foram muitas e as expectativas criadas foram altas.

Ignorando ou desconsiderando problemas estruturais que são comuns a todos os países ocidentais — como o envelhecimento populacional, a carência de profissionais de saúde, a maior procura dos cuidados de saúde desde a pandemia —, prometeu respostas fáceis, planos rápidos, passes de mágica e soluções evidentes. E essa gestão de expectativas explica boa parte da desilusão dos portugueses.

O plano tinha medidas, objetivos, metas e um calendário. O calendário chegava ao fim em dezembro de 2025, e é tempo de o avaliar, mesmo que o grupo de trabalho nomeado para o fazer nunca mais tenha produzido relatórios e, ao que se sabe, nem sequer continue a reunir.

O Governo passou os últimos dois anos a apregoar o cumprimento do plano de emergência e, magicamente, nesta noite, atualizou o seu *site*. Ontem estavam cumpridas 60 % das medidas;…

A Sr.ª **Joana Seabra** (PSD): — Não é 60 %! É 63 %!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — … hoje estão cumpridas, magicamente, 88 % das medidas.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Milagre!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Mas vamos a factos, vamos a factos!

É que o plano apresentado assumia o compromisso de acabar com as listas de espera para cirurgia oncológica que fossem além do tempo máximo de resposta garantido. A medida, com muito contentamento, é dada como cumprida, porque foi publicada uma portaria e foi dado um incentivo.

A lista de espera acabou? Não acabou. A lista de espera é, pelo menos, hoje, menor do que era? Não, é maior — agravou-se no último ano em 9 %.

Medida anunciada como cumprida. Já o resultado, falhado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — O plano prometia acabar com o problema dos portugueses sem médico de família, recorrendo, entre outras coisas, a uma parceria público-privada, que, como se sabe, é uma medida que tudo resolve. A medida está, como imaginam, dada como cumprida.

Deixámos de ter portugueses sem médico de família? Não! São hoje mais 60 000 do que quando o Governo tomou posse. A PPP (parceria público-privada) de Cascais permitiu dar médico de família a 75 000 utentes? Não, não chegam a 1000.

Medida anunciada como cumprida. Já o resultado, falhado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — O plano prometia acabar com a realidade das camas de internamento indevidamente ocupadas por casos sociais. A medida está, como já devem antecipar, dada como cumprida. Já o resultado é um agravamento de 30 % no número de doentes que estão internados sem razão clínica.

Aplausos do PS.

Medida anunciada como cumprida. O resultado, falhado.

O plano prometia reduzir as listas de espera para consulta, em particular quando é ultrapassado o tempo máximo de resposta garantido. A medida é dada como cumprida, mas 2025 é o pior ano da série. Temos, pela primeira vez, mais de 1 milhão de portugueses à espera de uma consulta, e mais de metade das primeiras consultas são feitas muito para lá do tempo recomendado.

Medida anunciada como cumprida. O resultado, falhado.

Aplausos do PS.

O plano continha também a promessa de criar USF (unidades de saúde familiar) tipo C, para resolver o problema de acesso aos cuidados de saúde primários, com o contributo do setor social e privado. Anúncios, há muitos e, como é evidente, a medida está dada como cumprida, mas não existe hoje uma única USF tipo C, como não foram devolvidos os hospitais às Misericórdias e nem sequer está iniciado o processo das PPP.

Medida anunciada como cumprida. Já o resultado, falhado.

Aplausos do PS.

Acreditem, Sr.as e Srs. Deputados, eu poderia estar aqui toda a manhã a indicar, medida a medida, os insucessos deste plano, que, na realidade, apresenta apenas uma prioridade com bons resultados: a redução da utilização das urgências em situações que não são urgentes.

Não é com cegueira que estamos aqui e não temos nenhum problema em reconhecer que os números mostram que a generalização da medida lançada pelo Governo do PS «Ligue Antes, Salve Vidas», em conjunto com outras medidas, como a vacinação contra o VSR (vírus sincicial respiratório), produziu bons resultados. Mas, Srs. Deputados, um bom resultado, mesmo que o valorizemos, não esconde o falhanço generalizado deste plano.

Aplausos do PS.

Onde se prometia resposta a tempo e horas, menos listas de espera, melhores cuidados primários, mais respostas ao envelhecimento, bebés a nascer em mais segurança, temos: mais espera nas consultas, mais espera nas cirurgias, menos consultas nos cuidados de saúde primários, mais bebés a nascer em ambulâncias e muito maior incerteza.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, nem só de plano de emergência se fizeram estes dois anos na saúde e, fora deste plano, as coisas não correram melhor. Depois de, logo numa das primeiras audições, a Sr.ª Ministra da Saúde, que hoje resolveu não vir,…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Foi trabalhar!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — … ter atacado as lideranças do seu ministério, substituiu a maioria, algumas mais do que uma vez.

Protestos da Deputada do PSD Joana Seabra.

Substituiu a grande maioria das administrações hospitalares, pelo menos uma a duas vezes; a Direção Executiva, duas vezes; do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), três vezes.

Srs. Deputados, já vimos ser responsabilizada por erros na saúde praticamente toda a gente: as administrações hospitalares, a Linha SNS 24, os chefes de gabinete, os bombeiros, os apoios administrativos dos gabinetes, os trabalhadores e, claro, vários utentes. Já vimos serem responsabilizados praticamente todos os serviços do Ministério da Saúde.

Temos também estudos cujos critérios e metodologia a ministra desvaloriza, e também desvaloriza os comentadores, que, diz, «dedicam-se em demasia a perceções». E, claro, a culpa também é sempre do Partido Socialista.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E é!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma grande verdade!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Todos foram responsabilizados? Todos, não. A Sr.ª Ministra da Saúde permanece, ainda e sempre, absolutamente incapaz de assumir que errou.

Aplausos do PS.

Também no plano financeiro e da gestão, o balanço deixa muito a desejar. O partido que costumava dizer que o Governo anterior atirava dinheiro para os problemas apresenta, em 2025, o pior saldo orçamental do SNS (Serviço Nacional de Saúde) e, em março de 2026, já teve de transferir 1230 milhões de euros para o SNS pagar dívidas a fornecedores.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso era o que vocês faziam!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Os planos de desenvolvimento operacional continuam por aprovar. Aliás, mesmo as propostas, neste ano — e com seis meses de atraso! —, só chegaram às ULS (unidades locais de saúde) em abril, prejudicando e limitando a autonomia das administrações das ULS nas contratações, no investimento e na resolução de problemas.

A Direção Executiva dá consistentemente orientações distintas das orientações dadas pelo Governo e já veio ao Parlamento informar que as metas apresentadas pelo Governo não só não são possíveis de executar, como verdadeiramente nunca o foram.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, nunca ouvirão o Partido Socialista dizer que o SNS não tinha problemas antes de o atual Governo tomar posse. E o PS também nunca — nem no Governo, nem na oposição — deixou de reconhecer e de valorizar o que de muito bom se faz todos os dias no Serviço Nacional de Saúde.

Também não nos ouvirão dizer que é fácil ou sequer possível resolver em dois anos as fragilidades do SNS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Nem em oito!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Nunca o dissemos, nunca o diremos. De resto, só Luís Montenegro parecia acreditar que tal era possível, quando era isso que prometia na oposição.

Mas, Srs. Deputados, o que era legítimo esperar era simples: que o SNS estivesse melhor e não pior. E hoje está pior, em muitos domínios e indicadores,…

Aplausos do PS.

… com a segunda metade do ano de 2025 e os primeiros meses deste ano a mostrarem um agravamento significativo da produção e da capacidade de resposta do SNS.

Prometeram uma emergência para salvar o SNS. Não resultou. E agora já só precisam de um plano a 60 dias para rever o caminho, para alterar as políticas, para entregar resultados. Mas há um facto indesmentível. É que as expectativas e a confiança dos portugueses na capacidade deste Governo para melhorar o SNS estão como as metas recentemente enviadas ao Parlamento: revistas em forte baixa e com um prognóstico muito reservado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O António Costa não tinha resolvido à segunda-feira?!

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra à Sr.ª Secretária de Estado da Saúde, para uma intervenção em nome do Governo.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Já mudaram de ministra?! Não nos apercebemos!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde** (Ana Povo): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A interpelação de hoje tem um título e apenas um título, que é «dois anos de anúncios por cumprir». É com bom grado que aceito a oportunidade para falar do que fizemos em dois anos, porque os factos falam por si.

O PETS (Plano de Emergência e Transformação na Saúde) foi apresentado em 60 dias de Governo. Foi desenhado como instrumento de urgência, para diagnóstico rápido, ação imediata e lançamento de uma transformação estrutural.

Na apresentação, a 29 de maio de 2024, fomos claros: «Não vamos vender a ilusão de que nas próximas semanas ou meses todos os problemas, que são muito profundos e estruturais no SNS, vão ser resolvidos. É preciso falar verdade. Há muita coisa que só se resolve com o tempo ou na sequência de resultados que queremos atingir já neste programa.»

As medidas que pensámos, preparámos e executámos no âmbito de dois programas de Governo vão muito além do PETS. Este foi o ponto de partida, nunca um destino. As reformas estruturais que temos em curso são, acima de tudo, essenciais para devolver aos portugueses o SNS que merecem.

Voltando ao PETS, importa sublinhar que não prometemos milagres; prometemos trabalho e cumprimos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó, minha Nossa Senhora!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Senão, vejamos. Primeiro eixo: resposta a tempo e horas. Em 2025, os cuidados de saúde hospitalares registaram um desempenho histórico. O número total de consultas hospitalares aumentou 2,3 %, face a 2024, e 8 % face a 2023. Na área cirúrgica, atingimos o valor mais elevado de sempre — um aumento de 12 % nas intervenções programadas, face a 2023. Apesar do aumento das novas inscrições em lista de espera, o crescimento do número de cirurgias realizadas demonstra a capacidade de resposta do SNS.

Segundo eixo: bebés e mães em segurança. Começámos por garantir o acesso às ecografias obstétricas e atualizámos o preço convencionado, que não era revisto há anos. Resultado: 65 000 ecografias pré-natais, só em abril de 2026.

Transportámos o «Ligue Antes, Salve Vidas» para a urgência obstétrica e pediátrica, porque queremos que só quem realmente precise vá à urgência. Mais de 392 000 triagens telefónicas, 90 000 grávidas encaminhadas para o centro de saúde em vez da urgência — menos pressão, mais segurança.

Uma medida que me orgulha particularmente é a imunização contra o VSR. Em 2024, na primeira campanha, protegemos 62 000 bebés e reduzimos em 25 % os internamentos até aos 2 anos; em 2025, alargámos para 76 000 bebés, e a imunização universal no primeiro ano de vida será concretizada agora, em 2026. Com isto e com a introdução da vacina gratuita contra a gripe, protegemos a saúde das nossas crianças.

Terceiro eixo: cuidados urgentes e emergentes. Sei que muitos tentam dizer o contrário, mas os números não mentem.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — A verdade é essa!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Em 2025, registámos menos episódios de urgência, menos encerramentos, em especial na urgência pediátrica, e as altas por abandono diminuíram 18 %, face a 2023. Os tempos entre a triagem e a primeira observação médica melhoraram — menos espera, menos encerramentos, menos pressão. Isto é uma mudança de paradigma e aconteceu porque as medidas funcionaram.

Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.

Fomos mais além. Temos, finalmente, um modelo oficial de urgências regionais, que foi aplicado sempre que a eficiência dos recursos e a segurança o justifiquem — uma ferramenta que anteriores Governos nunca fizeram, mesmo sabendo que o deveriam fazer.

Quarto eixo: saúde próxima e familiar. É de admitir que, aqui, estamos longe da nossa meta e que muitas das medidas implementadas ainda não têm a maturidade para vermos resultados, mas, mesmo assim, os números falam: desde abril de 2024, mais 358 000 portugueses têm médico de família.

Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.

E fizemo-lo num contexto em que o SNS cresceu, com mais 441 000 utentes inscritos no mesmo período. Se o número de utentes não para de crescer e o número de utentes com médico de família também não para de aumentar,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Agora é que descobriu isso?!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — … porque insistimos em olhar para o copo meio vazio em vez de meio cheio?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Esse discurso é extraordinário! Pensou e disse!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Quero fazer uma pergunta: quem foi que juntou os cuidados de saúde primários aos cuidados hospitalares em todo o País, numa reforma chamada ULS, mas que, na prática, manteve o foco de gestão a nível hospitalar?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Foi o PS!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — E agora, à terça-feira, vêm dizer que é preciso reformar os cuidados de saúde primários?

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Já estava escrito, não é?! É uma maçada!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Isso é a admissão de que a vossa reforma os prejudicou? E quem é que, nessa mesma reforma, se esqueceu da saúde pública local e agora vem defender reforçá-la?

Vozes do PSD: — Ora bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Quinto eixo: saúde mental. Concretizámos a criação de 40 equipas de saúde mental e a constituição de 15 CRI (centros de responsabilidade integrados) nos serviços locais de saúde mental; estamos a avançar com o aumento da capacidade de internamento para situações agudas e de elevada complexidade; e aumentámos o número de psicólogos contratados, com resultados visíveis: 390 000 consultas de psicologia, em 2025 — mais 33 000, face a 2024.

Se ainda restam dúvidas sobre como avaliar este plano, aqui está a resposta: um plano de emergência com estes resultados e que lançou uma transformação estrutural é um plano bem-sucedido. O PETS tinha 54 medidas e o que este Governo já fez vai muito além das 54 medidas, na prevenção e promoção da saúde, porque melhorar o acesso não é mais produção, é menos doença.

Atualizámos e introduzimos novas estratégias de vacinação; atualizámos e alargámos os rastreios oncológicos; lançámos o novo Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral 2030; implementámos os percursos de cuidados integrados para diabetes, obesidade e doença renal crónica.

Mais medidas: reforçámos o acesso ao medicamento e à inovação. O novo acordo com a APIFARMA (Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica) gerou mais de 100 milhões de euros de investimento e 878 milhões de receita para o SNS. Apresentámos o novo sistema de avaliação de tecnologias da saúde e os ensaios clínicos foram autorizados em menos de metade do tempo do que em 2023. Concretizámos a linha SOS suicídio.

Nos cuidados hospitalares, quero ser muito direta: quem é que permitiu o descontrolo dos prestadores externos, os chamados tarefeiros, transformando o SNS num mercado paralelo, sem regras?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não está melhor!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Quem é que não atualizou as carreiras dos profissionais de saúde durante anos?

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Ninguém!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Quem é que não olhou pela sustentabilidade financeira do SNS?

Agora, espero que reconheçam: quem é que está neste momento a ter a coragem de corrigir esses três problemas ao mesmo tempo? Somos nós!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Ninguém sabe! É que ninguém sabe!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, isso foi o que fizemos em dois anos, com três meses de gestão imposta no meio, com o SNS que herdámos em emergência, com problemas muito maiores do que qualquer diagnóstico inicial podia antecipar.

A transformação em saúde não se faz de promessas, faz-se de mudanças.…

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — São estas as promessas que tenho aqui!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — … e mudanças verdadeiras são sempre difíceis, sempre resistidas, sempre barulhentas. O ruído que ouvimos de quem se recusa a mudar aquilo que está mal é sinal de que estamos a resolver o que é preciso resolver.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O PETS foi um instrumento que usámos para lançar essa transformação e cumpriu o seu papel. Hoje, estamos a construir o que vem a seguir e não vamos parar. Temos mais dois anos e meio pela frente, com um mandato reforçado nas urnas, com uma agenda clara: consolidar o que já mudámos, avançar nas reformas que estão em curso e devolver aos portugueses o SNS que merecem e para o qual contribuem todos os dias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Temos 3 pedidos de esclarecimento à Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva e 11 à Sr.ª Secretária de Estado.

Para o primeiro pedido de esclarecimento à Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Nascimento, do Chega.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, é caso para começarmos por dizer «ó Cristo, anda cá abaixo ver isto», porque, quando vi o tema que nos trouxe aqui hoje, nem queria acreditar.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Isso é invocar o nome de Deus em vão!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — É, realmente, inédito ver o PS pedir uma interpelação ao Governo sobre qualquer área, mas, sobre a saúde, é preciso mesmo serem os campeões da tramoia.

Aplausos do CH.

Começo já por questionar o Partido Socialista sobre se este é um debate para tentar camuflar aquilo que fizeram de 2015 a 2023.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Se não é, é isso que, na realidade, parece.

Mas nós sabemos muito bem porquê: é porque tudo o que vem para trás tem a assinatura socialista. Todos sabemos que a AD não tem feito um bom trabalho, é um facto, mas também todos sabemos que, em dois anos, o estado do SNS não fica como está. Todos somos adultos e sábios…

Risos do L, do PCP, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Convém rever o que o *ChatGPT* manda!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — … e sabemos, neste Hemiciclo, que um plano de transformação na saúde não surge do nada. Todos sabemos que o Partido Socialista é um defensor acérrimo do SNS e todos sabemos que, quando defendemos muito, muito uma coisa, temos de investir nela.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vão lendo o que o *ChatGPT* manda!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Portanto, não só não resolveram os problemas da saúde em oito anos, como também, e sobretudo — não tentemos fazer esquecer os portugueses —, tiveram maioria absoluta nesta Casa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Bem lembrado!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — E nessa altura, vejamos só, a saúde chegou ao seu auge.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Qual auge?!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Ao auge de utentes sem médico de família: 1 milhão e 757 mil portugueses sem médico de família atribuído.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Está mais alto!

Protestos do PSD.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — E o PS marcou este debate.

Este plano não surgiu realmente do nada. Esta bancada já questionou uma vez, mas, pelos vistos, ainda não ganharam vergonha na cara.

Protestos de Deputados do L.

Mas, também, quem nunca soube o que é competência nunca vai saber o que é vergonha.

Aplausos do CH.

Há uma dúvida que tenho até hoje e pode ser que agora, com as buscas da PJ (Polícia Judiciária) no Largo do Rato,…

Risos do CH.

Protestos do PS.

… veja a minha questão finalmente respondida: em qual das segundas-feiras é que António Costa resolveu os problemas do SNS?

Aplausos do CH.

Protestos do PS e contraprotestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tenham calma, não se enervem! Também chega à Câmara Municipal de Leiria!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, o Partido Socialista traz ao Parlamento mais um debate sobre saúde, o que, de facto, tem alguma graça, mas *OK*.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Graça, só se for para não chorar!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — É preciso escrutinar a ação do Governo, avaliar medidas, exigir resultados, mas há uma pergunta bastante óbvia: o que é que o Partido Socialista fez durante os muitos anos em que governou?

Vozes da IL: — Zero! Pôs na reforma!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.ª Deputada, as listas de espera não nasceram há dois anos; a falta de médicos de família não apareceu há dois anos; as urgências a fechar não começaram há dois anos; a dificuldade em reter profissionais não começou há dois anos; a dívida acumulada, como ali falou, a falta de autonomia das administrações hospitalares, a ausência de responsabilização por resultados também não começou há dois anos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Piorou!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Durante anos, o Partido Socialista teve tempo, teve maiorias, teve orçamento, teve poder político para reformar a saúde e, ainda assim, deixou um sistema cada vez mais pressionado e deixou demasiadas pessoas à espera. Os dados mais recentes da Entidade Reguladora da Saúde mostram mais de um milhão de utentes à espera de uma primeira consulta; o estudo da Universidade Nova volta a mostrar que o SNS tem um valor económico e social enorme, mas continua frágil no acesso e sob forte pressão financeira.

Novamente, pergunto: o que é que o Partido Socialista fez para melhorar esta situação? Porque o Partido Socialista governou durante demasiados anos e não fez absolutamente nada.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pelo contrário, agravou o problema!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sabe que isso não é verdade!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Portanto, qual foi a grande reforma que o Partido Socialista fez na saúde? E não me venha falar da reforma das ULS, porque uma reforma com mais de 20 anos não é uma reforma.

Protestos do PS.

Portanto, é preciso dizer a verdade aos portugueses, Sr.ª Deputada. O Partido Socialista sempre preferiu manter tudo na mesma.

Vozes da IL: — É verdade!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Preferiu um modelo demasiado centralizado, demasiado lento, demasiado focado na ideologia em que só conta o Serviço Nacional de Saúde,…

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Tem corrido bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … continuando a deixar pessoas à espera.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — É um modelo que hoje criticam, mas que foi construído e agravado durante todos os anos em que o Partido Socialista governou.

Portanto, Sr.ª Deputada, não basta criticar o Governo, é preciso explicar o que é que o Partido Socialista faria de diferente.

Aplausos da IL.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Fernandes, do PSD, para pedir esclarecimentos.

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o meu pedido de esclarecimento: o PS não tem vergonha?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Depois de oito anos a governar, deixando o Serviço Nacional de Saúde num estado de emergência, vêm agora pedir satisfações na área da saúde? É que se fosse qualquer outro partido deste Plenário, nós até podíamos compreender.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Exatamente!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Agora, o PS?! O partido com que, durante a sua governação e as suas políticas, começou a debandada dos profissionais de saúde do SNS, com o consequente encerramento dos serviços? É, de facto, de pasmar!

Protestos do PS.

Veja-se o que aconteceu no distrito de Viseu. Há dois anos, os pais percorriam o IP3, com os filhos em risco de vida ao colo, porque, pela primeira vez na história, o serviço de urgência pediátrica fechou em Viseu.

Vozes do PSD e da IL: — Bem lembrado!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — É isto que este plano de emergência veio resolver e os Srs. Deputados chamam a isto «anúncios»?

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Então, não foi o PS que deixou as grávidas sem saber que maternidade as iria receber?

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Exatamente!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Foi por isso que este Governo teve de criar o SNS Grávida, reforçar os blocos de parto, reorganizar o serviço de urgência, atualizar convenções, referenciar atendimentos, valorizar as competências dos enfermeiros especialistas de saúde materna e obstétrica,…

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — … para dar uma resposta que não existia. Estas medidas eram dispensáveis, Srs. Deputados? Não eram necessárias?

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — E os especialistas, que hoje participam nos vossos fóruns, onde é que estavam? Não estavam no Governo do Partido Socialista ou não estavam a apoiá-los? Se tinham propostas

para resolver os problemas, porque é que não as implementaram enquanto estavam a governar? Faltou coragem, faltou coragem ao Partido Socialista!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Faltou coragem para enfrentar os interesses dentro do sistema, que agora, diariamente, manifestam resistência a esta mudança, e que os senhores são os primeiros a alimentar. Sim, porque estas resistências surgem. Os senhores, por um lado, apresentam propostas e, por outro lado, alimentam a resistência às mudanças.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Portanto, a verdade é simples: as medidas da AD não são anúncios. Pela primeira vez começam-se a sentir…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, dispondo de 3 minutos.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, como a pergunta foi sempre a mesma, vou também juntar as respostas.

Protestos do Deputado do PSD Fernando Queiroga.

Ao fim destes dois anos, gostava que ficasse claro que não tenho absolutamente nenhum problema em falar sobre os últimos oito anos. Estou disponível para todos os debates que queiram fazer sobre esta matéria.

Aplausos do PS.

E posso dizer-vos como é que é receber um SNS que durante muitos anos não contratou ninguém, que passou os enfermeiros das 35 para as 40 horas sem um único aumento salarial, que dizia que havia gente a mais a trabalhar nos hospitais.

Aplausos de Deputados do PS.

E foi por isso que os primeiros anos do Governo foram passados a fazer coisas muito simples, como reforçar o número de profissionais nos serviços, porque há uma coisa que é certa, é que sem eles, nenhum problema se resolve.

Aplausos do PS.

E é por isso que entre 2015 e 2024 o orçamento do SNS cresceu tanto, o número de profissionais cresceu tanto e a produção, ao contrário do que está a acontecer, pelo menos nos últimos 10 meses, cresceu sempre e continuadamente,…

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

… com exceção do ano da pandemia.
Sr.as e Srs. Deputados, o Partido Socialista fez muito…

Protestos do PSD e da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é verdade!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — … e, além disso, durante três anos, geriu o momento mais difícil do SNS.

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Nascimento.

Sei que parece pouco agora, mas pensem o que era todo este tempo que este Governo está a funcionar e mais alguns meses, todos os dias, a gerir um problema de extrema dificuldade, sem que nunca faltassem recursos, sem que nunca faltasse orientação, sem que nunca faltasse organização.

Aplausos do PS.

E é por isso, Srs. Deputados, que, sim, foi só a partir de 2022 que o Governo aprovou um conjunto de reformas de reorganização.

E nem o Governo — que a primeira coisa que disse foi que as ia desfazer de alto a baixo — as desfez, por uma razão muito simples: é porque hoje reconhece o poder das ULS, mesmo que seja preciso introduzir melhorias; é porque hoje compreende a necessidade de gerir a rede e de ter uma direção executiva.

Sr.as e Srs. Deputados, os números da Entidade Reguladora, da ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde), de todos os estudos, mostram o mesmo.

Mas pergunto:…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Nós é que perguntámos! E queremos a resposta!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — … como é que, quando no maior hospital do País nós temos nas listas de espera 30 % de agravamento de redução das cirurgias realizadas, podemos dizer que as coisas estão a melhorar? E o mesmo é verdade para outras ULS, como a de Braga, como a do Alto Alentejo.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O Amadora-Sintra!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Falamos de deteriorações de 30 %.

Os senhores podem ter todos os debates para criticar o Partido Socialista, estamos habituados e tranquilos, mas ou compreendem que aquilo a que estamos a assistir é a uma efetiva deterioração da capacidade de resposta e direcionam as perguntas para quem governa, para quem tem de responder, para quem tem de melhorar, ou então não estamos aqui a fazer o nosso trabalho,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Calma!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — … que é o do escrutínio sobre quem decide.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e contraprotestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mário, tens de pedir uma ficha de adesão ao Hugo Soares!

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora passar aos pedidos de esclarecimento dirigidos à Sr.ª Secretária de Estado.

Continuação de protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e contraprotestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Srs. Deputados, não há debate entre bancadas. Quando há, é com inscrições na Mesa.
Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem, assim, a palavra, o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Secretária de Estado, bom, este debate tem uma parte séria e uma parte cómica.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A parte cómica chegou agora!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A parte séria é o tema — a saúde é um tema muito importante para os portugueses. A parte cómica é ter sido marcado pelo Partido Socialista, que é o grande culpado de como está o SNS em Portugal, particularmente pela pressão que o SNS tem por causa da imigração e por causa das portas abertas que o Partido Socialista teve, que falhou em tudo no SNS — em tudo!

Protestos do PS.

Portanto, marcar este debate é uma parte cómica.
A parte séria — e vamos à parte séria, que é isso que interessa aos portugueses! — é o debate.
Ó Sr.ª Secretária de Estado, à hora a que estamos aqui, 1 646 279 portugueses não têm médico de família. Ou seja, dois anos depois, a pergunta que se faz em relação ao Partido Socialista é: o que é que mudou com o Governo da AD?
Ó Sr.ª Secretária de Estado, não mudou nada! A verdade é que não mudou nada! Os portugueses continuam sem médico de família, as filas nos hospitais continuam cada vez maiores, as listas de espera também, as maternidades continuam fechadas e estão pessoas a morrer nos corredores dos hospitais…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … e a Sr.ª Secretária de Estado diz: «Fizemos um acordo com a APIFARMA…»!
Ó Sr.ª Secretária de Estado, o que é que interessa aos portugueses se fizeram um acordo com a APIFARMA?! Interessa é não morrerem nos corredores dos hospitais. É isso que interessa, Sr.ª Secretária de Estado!

Aplausos do CH.

Diga-me uma coisa — uma coisa! — que tenha melhorado em relação ao Governo do Partido Socialista? Só uma coisa. Se me disser uma coisa, eu sento-me, calo-me e não volto a abrir a boca durante este debate.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ficamos solidários com o Governo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Uma coisa, uma única coisa!

Protestos do PSD.

O reflexo deste Governo foi a grávida, no Hospital de Faro, que ficou sem assistência. Ou seja, uma grávida chegou ao Hospital de Faro, não tinha ligado para o SNS24 e ficou sem assistência. Mas que País é este, Sr.ª Secretária de Estado?!

O orador simulou uma chamada telefónica, utilizando o telefone de serviço instalado na sua bancada.

Ou seja: «Estou? Olhe, se estiver grávida, marque zero; se estiver com problemas renais, marque um…».

Risos do CH.

Ó Sr.ª Secretária de Estado, em Portugal, não se pode brincar com a saúde das pessoas! Os senhores, com estas histórias do SNS24, das linhas, estão a brincar com a saúde das pessoas, Sr.ª Secretária de Estado.

Tenho duas perguntas para lhe fazer. Primeira: quando é que a Sr.ª Ministra, ausente hoje neste debate, se vai demitir? Já se devia ter demitido. Segunda: em quanto tempo é que prevê fazer alguma coisa diferente do Partido Socialista, para melhor?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, queria começar pelo seguinte: há um mês, mais coisa menos coisa, a Sr.ª Ministra esteve cá neste Plenário, a fazer um debate sobre a saúde, e respondeu de forma arrogante — como habitualmente —, dizendo que «não vai sair de fininho», apesar de tudo o que se está a passar. Ora, queria dizer que, de facto, não sei se sai ou não sai de fininho, mas tenho reparado, e reparo hoje, que a Sr.ª Ministra vai escapando de fininho…

Risos do CH.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — … ao confronto daquilo que são os resultados da saúde.

Aplausos do PS.

E talvez fosse útil ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares explicar a esta Casa por que razão nesta altura, com o Serviço Nacional de Saúde no ponto em que está, a Sr.ª Ministra não está cá para este debate verdadeiramente importante.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Se esse é que é o problema, estamos resolvidos!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — A primeira pergunta que queria fazer, Sr.ª Secretária de Estado, tem a ver com um tema caro à AD, que é o tema da produtividade. Tema da produtividade que significa fazer mais por menos, penso que todos sabemos disso, não sei quem são os conselheiros do Governo da AD, mas importa saber isso e deixar claro. E falo disto porque a Sr.ª Ministra entrou no Governo, de rompante, a dizer: «Temos lideranças fracas no SNS e nos hospitais!»

O orador exibiu um documento.

É um bocadinho irónico, não é, Sr. Ministro das Infraestruturas, a Sr.ª Ministra dizer que tem lideranças fracas no SNS?

Protestos da Deputada do PSD Isabel Fernandes e da Deputada da IL Mariana Leitão.

Ela, Sr.ª Ministra, tem lideranças fracas no SNS!

Aplausos do PS.

Foi com base nesta ideia de que tem lideranças fracas que a Sr.ª Ministra empreendeu uma purga nos gestores hospitalares, a começar pelo Diretor Executivo, e despediu vários, muitas dezenas de diretores hospitalares para colocar lá vários *boys* da AD,…

Protestos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

… cujos resultados são evidentes…

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vem falar de boys?!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Campeão de boys…!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Só peço ao Sr. Deputado que… Eu não soube interpretar o seu… Julguei que tinha acabado, foi por isso.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — É impossível falar daquela maneira, Sr. Presidente.

Protestos do PSD, do CH e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Há muitas situações, mas não é assim. Pelo menos sinaliza para aqui, para a Mesa, e eu tentarei acautelar que…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás a ver o que arranjaste?! Tinhas falado até ao fim e ninguém te ouvia na mesma!

O Sr. **Presidente**: — Mas não vamos voltar com o incidente, não é preciso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, vira-te ao contrário!

O Sr. **Presidente**: — Tem 5 segundos, faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai dar 5 segundos porquê?!

Pausa.

Peço que para a próxima sinalize, porque interpretei mesmo que tivesse acabado o seu pedido de esclarecimento.

Pausa.

Burburinho na Sala.

Passa para 9 segundos.

Burburinho na Sala.

Aqui o Sr. Secretário da Mesa controlou o tempo com a precisão que lhe é reconhecida na Conferência de Líderes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás a ver, Carlos Pereira, o que arranjaste aqui?! Falavas até ao fim, ninguém te ouvia na mesma e já estava!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Bom, então vai ser aumentado, na tolerância, de 15 para 20 segundos.
Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.
Dizia que os resultados desta purga feita a mata-cavalos, sem respeitar nenhuma regra, foram os seguintes: SNS tem pior desempenho no atual Governo,…

O orador exibiu um documento.

… e pior desempenho significa mais despesa e menos resultados.
A pergunta é: os senhores têm consciência daquilo que fizeram ao SNS? E o que é que pensam fazer para mudar aquilo que está a acontecer?

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.ª Secretária de Estado, a Iniciativa Liberal tem dito, e repetido muitas vezes, que a saúde precisa de reformas, de decisões, de coragem, de capacidade de execução, mas precisa, sobretudo, de confiança.
Só que a confiança não se constrói com decisões em circuito fechado, tomadas ninguém sabe bem por quem, anunciadas por comunicado, sem explicações, sem discussão, sem envolvimento de quem está no terreno.
E dou um exemplo muito concreto: o PSD criticou a reforma das ULS que o Partido Socialista fez — criticou a falta de diálogo, a falta de avaliação, a falta de preparação, criticou uma reorganização administrativa que foi imposta de cima para baixo, sem que se percebesse exatamente que problema é que estavam a tentar resolver —, mas, Sr.ª Secretária de Estado, é exatamente o mesmo que o vosso Governo está a fazer.
Temos um diploma sobre os médicos prestadores de serviços, os chamados tarefeiros, que ninguém conhece, que está a criar imensa incerteza nos hospitais, mas ninguém sabe o que é que está lá escrito.
Temos uma nova lei orgânica do INEM, que foi anunciada como a peça central da reforma da emergência médica, mas, novamente, nem profissionais, nem ULS, nem o Parlamento fazem ideia do que é que lá está escrito.
E, portanto, temos sucessivas decisões importantes, decisões estruturais, que chegam ao País por comunicado, por despacho, por decreto, quase sempre antes de existir qualquer explicação sobre aquilo que vêm resolver.
Portanto, não há qualquer fundamento, não há uma estimativa de impactos, não há recursos, não há calendário, e, principalmente, não têm objetivos nem mecanismos de avaliação.

Logo, Sr.ª Secretária de Estado, isto não é transformar a saúde, isto é continuar a repetir o mesmo vício de sempre, que é decidir primeiro, depois explica-se, e logo se vê o que é que vai acontecer.

Portanto, aquilo que pergunto é: afinal, o que é que o Governo quer para a saúde? Qual é o modelo de governação que este Governo quer para a saúde? Vai continuar a decidir primeiro em circuito fechado, novamente sem ninguém perceber bem quem é que decide efetivamente, e depois pede confiança nas medidas, pede-nos a todos para confiar, que as coisas vão resultar?

Aquilo que lhe pergunto é se vão assumir, de uma vez por todas, uma governação mais transparente, porque governar a saúde não é só mudar diplomas, é também mudar a forma como se decide, como se executa e, principalmente, é mudar mentalidades, porque se não fizermos isso, nada vai mudar.

Isto é muito igual àquilo que o PS fazia.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para responder a estes três pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, deixe-me começar pelo acordo da APIFARMA.

No acordo da APIFARMA — dos 100 milhões de euros de investimento de que falei —, mais de 80 milhões são investimento em ensaios clínicos, para dar aos nossos utentes inovação terapêutica.

Protestos do CH.

Portanto, dizer que fazer o acordo com a APIFARMA não é dar nada aos portugueses, peço desculpa, é desconhecer totalmente do que é que nós estamos a falar.

Protestos do CH.

Relativamente ao tema dos médicos de família, até trouxe aqui um gráfico para ver se, de uma vez por todas, conseguimos compreender.

Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.

O número de utentes inscritos no nosso SNS não para de aumentar, mas o número de portugueses a quem temos dado médico de família…

A oradora exibe o gráfico que mencionou.

… também não tem parado de aumentar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Quanto a um doente que referiu, se é a notícia que saiu hoje, é relativamente a 2023, porque já li essa notícia de manhã. Mas, se há área do plano de emergência onde não há qualquer dúvida, onde os números mostram convictamente que melhorámos, é na resposta das urgências: diminuição do número de episódios, diminuição do tempo para observação, diminuição de abandonos da urgência.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Onde é que andam os doentes?

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Permito-me falar da grávida de Faro, para dizer que estou totalmente de acordo consigo.

Tal como a Sr.ª Ministra já teve oportunidade de explicar, a portaria que regulamenta a linha SNS Grávida prevê claramente em que situações é que a grávida tem de ser admitida em situação de não ter ligado previamente. A grávida devia ter sido admitida e por isso é que isso está a ser analisado.

Protestos das Deputadas do PS Mariana Vieira da Silva e Susana Correia.

Dr.ª Joana Cordeiro, já tenho pouco tempo para terminar a minha resposta. Sr.ª Deputada, desculpem, Sr.ª Deputada Joana Cordeiro.

Quanto ao decreto-lei dos tarefeiros, discutimo-lo com vários parceiros. Nomeadamente, recebemos no Parlamento a associação dos médicos tarefeiros — que é um termo de que eu não gosto, gosto de prestadores de serviços —, por isso, acusar-nos de nos escondermos e de não negociarmos acho que foi um bocadinho de mais.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Isso não é verdade!

Protestos da Deputada da IL Joana Cordeiro.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — O decreto-lei dos prestadores de serviço é uma necessidade importante. A Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva referiu que houve muito aumento dos profissionais de saúde. Muito aumento em termos de prestadores de serviço — criámos um SNS que compete consigo próprio. É preciso ter coragem de regular. Nós queremos regular e por isso é que criámos as incompatibilidades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Ai o *Polígrafo*!

O Sr. **Presidente**: — Para iniciar um segundo grupo de pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sofia Andrade, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Secretária de Estado, percebo o embaraço da Sr.ª Ministra da Saúde em não comparecer a este debate, porque há vários meses que fala numa refundação do INEM sem que nunca soubesse explicar o que é que isso seria. Se a refundação de que tanto fala se traduzisse em fazer o INEM evoluir, por via do reforço, a sua capacidade operacional e assim prestar melhores serviços de socorro à população, certamente seria bem acolhida. Mas não é o caso.

O problema é que a dita refundação, afinal, é outra coisa. Na realidade, o que este Governo se prepara para fazer é estilhaçar em pedaços,…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Já está!

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — … fragmentar, o Sistema Integrado de Emergência Médica.

Se não, vejamos. O que até agora víamos nas ruas, as ambulâncias de suporte imediato de vida — com um enfermeiro e um técnico de emergência pré-hospitalar —, vamos deixar de ver, porque vão deixar de existir, e este nível de socorro passa a ser tratado por veículos ligeiros. Portanto, na prática, deixamos de ter ambulâncias com capacidade de transportar doentes, sem sabermos se isso trará ganhos na prestação de socorro à população.

Também na dita refundação, os senhores querem transferir um conjunto de meios, competências e responsabilidades para as ULS, sem que estas tenham sido contactadas, ouvidas ou sequer consideradas nesta tomada de decisão. É uma espécie de transferência às cegas.

Aliás, o transporte de doentes entre unidades hospitalares passa a ser da responsabilidade do hospital de origem, que terá de pagar — segundo uma tabela que ninguém sabe — custos que nem sequer estavam previstos nos orçamentos.

Mais grave ainda é a situação do transporte inter-hospitalar pediátrico, porque esta coordenação clínica deixa de estar alocada aos especialistas e passa por um regime geral. Portanto, os senhores entendem que não devem ter em consideração as particularidades deste grupo especialmente vulnerável.

Já agora, não posso deixar passar em claro o profundo ataque às zonas do interior…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ataque?!

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — … que é o anúncio da retirada dos helicópteros de emergência médica. Mais uma vez, os senhores estão a prejudicar as zonas do interior.

Chegados aqui, o que lhe pergunto é: se estamos a reduzir a capacidade operacional do INEM, se estamos a passar responsabilidades para as ULS enquanto a Sr.ª Ministra anuncia, ao mesmo tempo, um reforço do orçamento do INEM? Afinal, para que é que vai ser usado esse reforço financeiro? Será para financiar a transferência para entidades privadas?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Secretária de Estado, encerramento de serviços, nomeadamente os serviços de urgência de obstetrícia e de ginecologia dos hospitais do Barreiro e de Vila Franca de Xira; menos consultas; menos cirurgias; aumento da lista de espera; grávidas que ficam à porta dos serviços — e veja-se, Sr.ª Ministra, grávidas que estão em trabalho de parto e que os serviços de urgência não atenderam, porque não tinham telefonado para a linha SNS Grávida, o que significa que esta linha é, de facto, um bloqueio no acesso aos cuidados de saúde —; bebés que nascem em ambulâncias; redução da capacidade e fragmentação na emergência pré-hospitalar; e 1 600 000 utentes sem médico de família. Podia continuar por aqui fora, com a lista daquilo que é consequência da política deste Governo.

Pode vir aqui a Sr.ª Secretária de Estado com a ladainha do costume,…

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Tu é que tens a cassete!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … aliás, que não tem qualquer correspondência com a realidade, porque os utentes do nosso País, infelizmente, conhecem as dificuldades no acesso aos cuidados de saúde.

Gostava que a Sr.ª Secretária de Estado se deslocasse um dia, às 4 ou 5 horas da manhã, e fosse ver com os seus próprios olhos, antes da abertura de um centro de saúde, as filas de utentes que esperam na rua, independentemente das condições, para conseguir ter uma senha para uma consulta. É desumano, Sr.ª Secretária de Estado!

O Governo, relativamente a estes utentes, é bola.

Vozes do CH: — Bola?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Aliás, quanto ao compromisso de resolver o problema dos utentes sem médico de família, o Governo já lavou as mãos das responsabilidades relativamente a essa matéria.

Portanto, a realidade piorou, e esta é a marca deste Governo.

Na prática, estão a privar e a negar o acesso aos cuidados de saúde aos utentes no nosso País. Esta é a opção por parte deste Governo, porque, passados agora dois anos, este plano e aquilo que nele configurava, de facto, é o caminho para o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, como este Governo tem vindo a fazer.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É sempre a mesma cassete! Sempre a mesma cassete!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Vejam bem: o Governo, que encerra serviços públicos, como serviços de urgência de obstetrícia e ginecologia, vai, com muita poupa e circunstância, inaugurar a unidade de saúde de um grupo privado. Creio que isto diz tudo sobre as opções deste Governo — o empenho é no negócio da saúde e não no direito à saúde.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, antes de fazer a minha intervenção, tenho só de comentar aquilo que o Sr. Deputado Carlos Pereira disse. O Sr. Deputado Carlos Pereira veio aqui acusar os outros de colocar *boys* no Estado.

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como é possível?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O Partido Socialista, o polvo que colonizou o Estado, vem acusar outros de fazer o mesmo. Sr. Deputado, é caso para dizer não Santa Paciência, mas Santa Maria Maior de Paciência, para ouvir os dislates do Partido Socialista.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

Mas, vamos falar de algo sério.
Sr.ª Secretária de Estado, 2011…

Protestos do PS.

Sr. Presidente…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Santa Maria Maior de paciência é bom! Em qualquer parte do mundo é bom.

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Carlos Pereira bateu e fugiu! Foi lá para trás!

O Sr. **Presidente**: — Vamos parar o tempo. Srs. Deputados…
Estamos na interpelação ao Governo sobre matéria de saúde e o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes está no uso da palavra.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.
Como dizia, em 2011, Passos Coelho, no seu programa eleitoral, página 212, promete garantir médico de família a todos os cidadãos.
António Costa, em 2016, promete médico de família até final de 2017.
Luís Montenegro, em fevereiro de 2024, em campanha, promete exatamente a mesma coisa: médico de família para todos.
Chegados aqui, há 1,5 milhões de portugueses sem médico de família. Já deu para perceber que não vamos chegar lá,…

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

… ou seja, temos de encontrar alternativas para servir os portugueses, servir os utentes.

Portanto, está na hora de fazer em Portugal o mesmo debate que foi feito em muitos países — na Austrália, na Bélgica, no Canadá, na Finlândia, na França, na Irlanda, na Holanda, no Japão, na Polónia, na República Checa, no Reino Unido, nos Estados Unidos —, que é, de uma vez por todas, introduzir o papel do enfermeiro de prática avançada. Não porque isto seja bom para os enfermeiros, mas porque é bom para os portugueses, e para os médicos também, porque os vai auxiliar.

A Sr.ª Ministra esteve presente no congresso da Ordem dos Enfermeiros e estiveram representados também os quatro maiores partidos deste Parlamento. Houve um amplo consenso. O único partido que não se comprometeu a avançar um diploma nesta direção foi o Partido Social Democrata.

Portanto, gostava de lançar um repto, um desafio, à Sr.ª Secretária de Estado e à tutela por arrasto: vamos todos trabalhar em conjunto. Nós tomámos a iniciativa de apresentar um diploma ouvindo todos os partidos, todos os que queiram fazer parte desta discussão, e vamos levar isto para a frente.

Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.

Vamos implementar os enfermeiros de prática avançada para ajudar os médicos, mas sobretudo os portugueses que precisam de ter acesso a cuidados de saúde. O Governo e o PSD vão acompanhar também?

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — A pergunta era para a Ministra, ela é que não está…!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado, dispondo de 3 minutos para responder a este grupo de pedidos de esclarecimento.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Sr. Presidente, sobre o INEM, de 1 de janeiro a 19 de maio de 2026, o INEM registou 623 461 chamadas atendidas — mais de 1,3 % face ao período homólogo — e encaminhou algumas destas chamadas para a linha SNS 24.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Não foi isso que eu perguntei! A pergunta não era essa!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — O INEM, em 2025, aumentou o seu máximo histórico de resposta.

Sobre a nova lei orgânica do INEM, se não fazemos nada é porque não fazemos nada; se temos coragem de mudar é porque estamos a ter coragem de mudar. Temos de chegar a algum consenso.

O INEM…

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Não foi isso que perguntei…

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — O INEM tem uma função, e é essa que lhe vamos dar: responder às necessidades emergentes da saúde em Portugal. Tudo o resto que não precisa de lá estar terá de ser retirado, para ele poder ter esse papel.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — A pergunta não era essa!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Relativamente aos helicópteros, nunca ninguém disse que iríamos retirar os helicópteros do interior.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Ai disse, disse!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Sr.ª Deputada Paula Santos, permita-me que a esclareça de uma vez por todas: nós não encerramos salas de partos. Os partos programados continuam a ocorrer em todas as ULS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os partos programados!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — O que nós fizemos foi um decreto-lei que permite criar as urgências regionais, que lembro que é algo que é muito gabado, como é exemplo o Norte.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — O exemplo do Norte… Não podemos agora…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Desculpe, o exemplo do Norte, muito gabado na urgência pediátrica do Porto, não pode ser trazido para o resto do País para sermos mais eficientes e garantirmos cuidados sérios às nossas pessoas?

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos e da Deputada do PS Susana Correia.

Permitam-me perguntar — porque hoje temos falado aqui muito de números, números, números, e foi a Sr.ª Deputada que, uma vez nesta Casa, nesta Assembleia, me acusou de vir aqui trazer só números, números, números —: e então, onde fica a qualidade?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Faça o trabalho de casa!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Foi a pergunta que a senhora já me fez aqui.

Permitam-me esclarecer aqui uma coisa. Eu, enquanto governante, decisora política e mesmo enquanto médica, não fico feliz por ver um SNS sempre a aumentar, aumentar o número de consultas, a aumentar o número de cirurgias.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é esse o caso!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Isso não é o que me sossega. O que me sossega, e são esses os números que aqui temos — tal como está no relatório da ERS (Entidade Reguladora da Saúde) e que ninguém referiu quando foi publicado —, é que os tempos máximos de resposta garantida em todas as áreas estão a diminuir.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Vamos para um terceiro grupo de pedidos de esclarecimento, e tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.ª Secretária de Estado, na passada quarta-feira, a Associação Nacional de Cuidados Continuados anunciou que cerca de 2000 camas que estavam previstas no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) para a zona de Lisboa e Vale do Tejo não vão acontecer, vão ficar por executar. Isto é especialmente preocupante porque o número de internamentos sociais aumentou 20 % no último ano.

Existem, neste momento, 2800 pessoas internadas indevidamente. Estas pessoas ocupam 14 % das camas dos hospitais públicos, tendo um custo de 351 milhões de euros por ano.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, ou seja, exatamente aquela onde estas camas ficarão por executar, estão concentrados 85 % dos internamentos sociais.

É um problema que, obviamente, se agravará com a evolução demográfica do País, uma vez que 72 % das pessoas internadas com internamentos sociais são idosos, de 65 ou mais anos.

Temos também outro facto que é relevante, o de uma das medidas prioritárias — das 50 medidas do Plano de Emergência e Transformação na Saúde — ser exatamente a libertação destas camas ocupadas por internamentos sociais, e ser uma das medidas que não está concluída. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, encerraram 300 camas, que existiam, de cuidados continuados.

Estas unidades — as que fecharam ou que deixaram de ter parte das suas camas e aquelas que não vão construir as valências que permitiriam ter novas camas — queixam-se sucessivamente da insuficiência do financiamento diário por doente.

Portanto, a questão é muito simples: quando é que o Governo terá a possibilidade de atualizar o valor destas diárias para que, numa área tão relevante para o País como a dos cuidados continuados, possamos ter a resposta adequada e, entre outras coisas, possamos libertar estes internamentos sociais?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.ª Deputada Eurídice Pereira, do Partido Socialista. Faça favor.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, com a criação da urgência regional de obstetrícia no distrito de Setúbal, e não só, o Governo optou por adaptar o sistema à escassez de profissionais em vez de a combater.

A urgência regional teve início há mês e meio, concretamente no dia 15 de abril. O Governo encerrou a urgência do Barreiro, deu a Almada o pilar da resposta e colocou Setúbal em contingência.

Ora, exatamente a partir de 15 de abril houve constrangimentos, ou seja, incapacidade de resposta normalizada, que se fizeram sentir — e preste atenção, Sr.ª Secretária de Estado, porque contraria o que acabou de dizer há instantes —, em Almada, no mês de abril, pelo menos nos dias 16, 17, 21, e 27 e, em maio, nos dias 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 23 e 24,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bingo!

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — … houve «constrangimentos», como chamam à falta de capacidade e de condições de resposta.

Alguns destes dias,…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — É melhor apontar!

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — … por mais de um período horário, o hospital de Setúbal teve constrangimentos em muitos dias…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — É melhor apontar!

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — … e em largos períodos consecutivos, como de 1 a 9 de maio, e decorre, desde dia 11 até 31, exatamente o mesmo problema.

Portanto, Sr.ª Secretária de Estado, há questões que tem de responder com toda a seriedade. Como é que vão resolver estas situações de urgências obstétricas, que venderam como resposta segura e total e não está a ser?

Como pode garantir que a situação é transitória se não se conhecem medidas para atrair médicos obstetras para o SNS?

E por fim, por certo o Governo já constatou que se verifica uma tendência crescente do setor privado absorver a crise nos seguros e nos hospitais. E a pergunta é se será este o objetivo. É que se não é, parece. E já pouco disfarçado, convenhamos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, em primeiro lugar, deixe-me também lamentar a ausência da Sr.ª Ministra neste debate. A Sr.ª Ministra ainda não se demitiu do cargo, mas já se vai demitindo de dar esclarecimentos ao Parlamento, e isso é lamentável.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Mas, Sr.ª Secretária de Estado, deixe-me perguntar-lhe se se recorda quando, em fevereiro de 2024, na apresentação do programa eleitoral da AD, o então líder do PSD e também atual Primeiro-Ministro, prometeu que até ao final de 2025 todos os portugueses teriam médico de família. Estava o Sr. Primeiro-Ministro a vender ilusões ou estava a vender banha da cobra?

Deixe-me também perguntar-lhe se se recorda quando, em 2024, no Plano de Emergência e Transformação na Saúde, que este Governo apresentou, os senhores incluíram uma medida que dizia ao País que até ao final de 2025, haveria 360 000 utentes que teriam médico de família, através das USF de tipo C. Não sei se se recorda desta medida.

Qual foi o resultado desta política? Em dezembro de 2025, o Ministério da Saúde e o das Finanças autorizaram 8 ULS a criar 20 USF de tipo C. Até à data, nenhuma delas abriu as portas; 6 abriram concursos; a ULS do Oeste anulou o concurso por falhas nas peças processuais; em Lagos, todas as candidaturas foram reprovadas, o mesmo aconteceu em Leiria.

Sr.ª Secretária de Estado, eu bem sei que no Governo há muita confusão entre o setor privado e o SNS. Não é à toa que o Sr. Primeiro-Ministro foi a Leiria inaugurar um hospital privado e depois escreveu nas redes sociais que Leiria e o Oeste podiam contar com o SNS, como se fosse tudo a mesma coisa.

Mas, Sr.ª Secretária de Estado, gostaria de lhe perguntar se o Governo já percebeu, ou não, que não vão ser os privados a resolver os problemas do SNS, que não vão ser os privados…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … a resolver os problemas da falta de médicos de família no SNS e se vai, finalmente, o Governo começar a resolver os problemas do SNS e dar médicos de família aos portugueses.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Secretária de Estado, tem a palavra para responder a este conjunto de três pedidos de esclarecimento, faça favor.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me voltar atrás, à pergunta do Sr. Deputado Mário Amorim Lopes e, ao mesmo tempo, responder também ao Sr. Deputado Paulo Muacho.

Este Governo acredita no Serviço Nacional de Saúde.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Oh!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Este Governo entende o Serviço Nacional de Saúde como o pilar na prestação de saúde e prova disso é o investimento nas carreiras, que já atualizamos, carreiras estas que não eram atualizadas há 13 anos, como é o caso dos enfermeiros, e há 18 anos, como é o caso dos farmacêuticos, investimento em equipamento, investimento em infraestruturas.

Mas este Governo também acredita que o mais importante é dar saúde aos portugueses. E, por isso, não tem qualquer pudor em recorrer, em complementaridade, ao setor privado e ao setor social,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Como está a correr?

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — … porque o importante é dar saúde.

Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, de facto, sou obrigada a concordar totalmente consigo. Hoje, mais que nunca, é preciso fazer diferente, porque se continuarmos a fazer sempre o mesmo, obviamente que não vamos responder aos problemas. Não sei como vai, porque não me compete a mim decidir…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Pode perguntar à Ministra!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — … como o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata irá votar a medida que a Iniciativa Liberal quer apresentar.

Mas este Governo acredita no trabalho interpares, acredita em deslocalizar tarefas que podem, e bem, ser feitas por outros profissionais, para outros profissionais, e o exemplo disso é o despacho recente publicado, relativamente ao Génesis, e que eu também — quando fui encerrar o debate da Ordem dos Enfermeiros — tive a oportunidade de transmitir isso.

Mas, outra nota: as medidas que nós lançamos relativamente à complementaridade nos cuidados de saúde primários, as ULS modelo C, a abertura de concursos convencionados…

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia e de Deputados do PS.

Tenham calma, Srs. Deputados, deixem correr os processos e no fim vamos avaliar como é que as coisas ficam.

Mas permitam-me só dar aqui uma nota de aritmética que eu fiz. Se…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — «Se»!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Se o número de utentes não tivesse aumentado,…

Protestos do PS e do Deputado do L Paulo Muacho.

… com o número de médicos de família que nós já demos hoje aos portugueses, não teríamos 1,63 milhões, mas teríamos 1,19.

Sr. Deputado João Almeida, quando nós recebemos o PRR, este estava moribundo. Mais nada temos feito senão correr, numa corrida contra o tempo.

O valor das camas convencionadas foi aumentado no ano passado, em 2025. E o número de camas que temos aumentado com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados também tem aumentado. Para lhe dar uma nota, a variação entre 2026 e 2023 foi um acréscimo de 11,6 %.

Relativamente à questão que me colocaram de como resolver os problemas no Garcia de Orta, vamos aumentar o número de camas nos blocos de parto e lançamos também os centros de elevado desempenho.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — E para os dois últimos pedidos de esclarecimento, primeiro, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Guerreiro, do Partido Socialista. Faça favor.

O Sr. **Vítor Guerreiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, hoje gostaríamos de ver o Sr. Primeiro-Ministro e a Sr.ª Ministra da Saúde a inaugurar, no Serviço Nacional de Saúde, novos centros de saúde, hospitais requalificados, novas unidades de cuidados continuados, financiados pelo PRR e programados pelo Governo do PS.

Infelizmente, a realidade é muito diferente, pois a execução do PRR na saúde está gravemente comprometida.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Vítor Guerreiro** (PS): — O PRR representa uma oportunidade única para modernizar infraestruturas, reforçar a capacidade do SNS e corrigir as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Vítor Guerreiro** (PS): — Os relatórios da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR são claros, são muitos os projetos que não avançaram e uma grande parte dos que estão a decorrer correm o risco de não ficarem concluídos nos prazos definidos.

Sr.ª Secretária de Estado, estamos a falar de pessoas, da saúde, da vida dos portugueses. A realidade que os portugueses sentem e que os dados confirmam, após dois anos da governação AD, é que o Serviço Nacional de Saúde está pior, com menos consultas, menos diagnósticos, menos produção cirúrgica, mas com mais pressão nas urgências sobre os profissionais de saúde, mais angústia e incerteza nos cidadãos.

E, perante os factos, pergunto à Sr.ª Secretária de Estado que medidas está o Governo a implementar para compensar os atrasos e a não execução do PRR? Que plano existe para garantir que os projetos em curso são concretizados ficam equipados e a funcionar? Como pretende o Governo apoiar os municípios que estão a assegurar investimentos estratégicos e respostas regionais? E se o Governo dá garantias aos municípios de que não ficarão sozinhos a suportar derrapagens financeiras, atrasos e obras inacabadas.

Os fundos podem ser europeus, mas a responsabilidade de executar, criar respostas e cuidar da saúde dos portugueses é do Governo. O SNS não se trata com anúncios nem com discursos positivos, mas sim…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, há dois anos, prometeram um plano de transformação e emergência para a saúde — a emergência ficou, a transformação perdeu-se pelo caminho.

Começaram o mandato com 1,5 milhões de utentes sem médico de família, hoje são 1,6 milhões de utentes sem médico de família. Temos um SNS a encurtar, com menos consultas, menos cirurgias, mais tempos de espera.

Garantiram que as entidades privadas iam assegurar médicos de família a 360 000 utentes, reviram em baixa para 60 000, um sexto em relação ao anunciado. Com esse critério, eu e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Carlos Abreu Amorim, também podemos ser campeões olímpicos, basta que nos encurtem a maratona.

Risos dos Deputados do PS Mariana Vieira da Silva e Eurico Brilhante Dias.

Acabaram 2024 com 20 000 doentes oncológicos operados fora do prazo. O que é que fizeram? Não garantiram que as pessoas fossem operadas mais depressa. Muito pelo contrário, duplicaram o prazo, em vez de serem intervencionadas em 30 dias, passam a ser operadas até 60 dias. O Governo não trata de um único doente oncológico, trata da estatística, e este é o retrato mais fiel da política de propaganda que o Governo decidiu imprimir ao Serviço Nacional de Saúde.

Mas, verdade seja dita, nem corre tudo mal no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. A vida dos militantes do PSD e do CDS que nomearam para as administrações hospitalares,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, do Bloco é que não pode ser porque não tem militantes!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … é o único apontamento positivo para um conjunto, residual, é verdade, de portugueses, mas que melhoraram a sua vida à custa do SNS.

A Sr.ª Ministra da Saúde diz que não sai de fininho, mas a pergunta que hoje deixo à bancada do Governo é outra: o que mais tem de correr mal no Serviço Nacional de Saúde para a Sr.ª Ministra Ana Paula Martins perceber que é parte substancial do problema?

Protestos do PSD e do CH e contraprotestos do BE.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo tem uma voz forte…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É só a voz!

O Sr. **Presidente**: — … e por isso consegue superar o ruído, mas o ruído na Sala era insuportável.

Continuação de protestos do PSD e do CH e de Contraprotestos do BE.

Era insuportável, não se conseguia ouvir minimamente e é uma falta de respeito,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, está bem…!

O Sr. **Presidente**: — … quer para quem faz as perguntas, quer para o Governo, que tem também de ouvir com clareza para responder.

Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem, e se precisarem de conversar entre si, saírem da sala para o efeito, porque é uma questão de respeito também para quem está a assistir e que, com certeza, quer compreender o que aqui se está a passar.

Sr.ª Secretária de Estado, faça favor.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, as suas preocupações com o PRR são exatamente iguais às nossas. Convém lembrar que o PRR, quando nós chegámos, já estava desenhado.

Quero dizer-lhe que em abril de 2024, a taxa de execução financeira situava-se em 2 %. Em 2024, o senhor deve saber, com 2 % executado, quer dizer que a maior parte das obras estava por fazer. E todos nós sabemos que aquilo que demora mais tempo a executar é exatamente a realização das obras, nomeadamente nos cuidados de saúde-primários, que põem tanto peso nas autarquias.

Mas volto a dizer, não fomos nós que desenhamos, não fomos nós que tomamos as decisões, e em abril de 2024, a taxa de execução era 2 %. Em maio de 2026, a taxa de execução financeira rondou os 30 %. É preocupante, mas fizemos mais do que os senhores fizeram. O que é que nós temos feito?

Conscientes de que não se consegue fazer obras em tão pouco tempo, conscientes de que não podemos pôr o peso em cima das autarquias, como é óbvio,…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Mas vai ficar!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Sr.ª Deputada, deixe-me acabar de falar.

O que é que nós fizemos? Foi questionado a todas as pessoas que tinham PRR em execução qual era a capacidade de execução, ou não, e muitas decisões foram tomadas de retirar PRR de um lado e de o reafectar a outro lado.

Por exemplo, foi graças a isso que conseguimos equipar o SNS com robôs cirúrgicos. Foi também graças a isso que conseguimos pôr mais TAC (tomografia axial computorizada), mais ressonâncias e mais equipamento no Serviço Nacional de Saúde.

Temos recebido os autarcas todos os dias e estamos aqui para trabalhar com eles.

Relativamente a todos aqueles comentários do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Sr. Deputado Fabian, peço desculpa, e posso voltar a repetir, mas tudo aquilo que o senhor me veio questionar já eu tive oportunidade de aqui responder. O senhor é que não estava cá para me ouvir.

Vozes do PSD: — Não estava cá!…

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem, bem respondido!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Mas deixe-me repetir, eu não tenho problema nenhum em prestar contas. Sabe porquê? Porque toda a minha vida prestei provas públicas.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não é sobre a sua vida pessoal!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Eu cheguei aqui com muitas provas públicas prestadas.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, eu não fico feliz por ver mais necessidade de consultas ou mais cirurgias, nomeadamente, por exemplo, na área colorretal, porque, se isso acontece, quer dizer que estou a falhar nos rastreios.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH e do PS.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar às intervenções, mas antes eu queria anunciar à Câmara que estão a assistir aos…

Burburinho na Sala.

Fecha-se os olhos e sabe-se quem está a fazer barulho e ruído na Sala.

Aplausos.

É um exercício que aconselho, o de fecharem os olhos um bocadinho e ouvirem; percebe-se perfeitamente quem é que está a perturbar os trabalhos — peço que não o façam.

Anuncio que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas galerias, alunos e professores do Externato Nossa Senhora do Rosário, de Cascais; alunos e professores do Agrupamento de Escolas do Bonfim, de Portalegre; alunos e professores da Escola Secundária Fontes Pereira de Melo, do Porto; alunos e professores da Escola Secundária José Afonso, de Loures; alunos e professores do Colégio Rainha D. Leonor, de Caldas da Rainha; alunos e professores da Escola Básica Parque Silva Porto, de Lisboa; representantes da JS do Alto Minho; ex-combatentes da Madeira; e cidadãos do Rotary Club de Évora. E hoje é também, e felicito-o por isso, o dia de aniversário do Sr. Deputado Miguel Matos, que está na bancada do Partido Socialista.

Aplausos gerais.

A Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, eu queria pedir para distribuir este papel que tenho aqui.

Vozes do CH: — «Este papel»!…

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — A Sr.ª Secretária de Estado acaba de dizer que todos os tempos máximos de resposta garantidos estão a baixar, usando um truque estatístico: com mais gente à espera, a percentagem pode ser menor, mas o número absoluto de pessoas que estão à espera para lá do tempo máximo de resposta, Sr.ª Secretária de Estado, é maior!

Protestos do Deputado do PSD Fernando Queiroga.

O Sr. **Presidente**: — Do que é que vai fazer junção?

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Deste quadro, que resume o relatório da ERS sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — É fazer o favor de o fazer chegar à Mesa e será distribuído.

Vamos então para as intervenções dos Srs. Deputados que já estão inscritos e tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado: Hoje falámos de saúde, mas na verdade falámos de dignidade. Falámos da dignidade de um povo que trabalha, desconta e cumpre, mas quando mais precisa do Estado encontra as portas fechadas, listas de espera intermináveis e um Serviço Nacional de Saúde com enormes fragilidades.

É preciso dizê-lo com muita frontalidade: o SNS não está a falhar por falta de profissionais competentes;…

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

… está a falhar por falta de visão política, por ausência de planeamento e por anos de decisões adiadas.

O Governo continua a anunciar planos, reformas e grupos de trabalho, enquanto os portugueses continuam à espera de consultas, de cirurgias e, em muitos casos, de um simples médico de família — e hoje há milhares de portugueses, para não falar perto de 1 milhão e meio de utentes, sem médico familiar de saúde.

Por isso, digo com toda a naturalidade, como já referi nesta Casa, que quem tem dinheiro paga um seguro de saúde e procura resposta no privado; quem não tem, espera. Espera meses, espera anos, e esta é talvez a maior derrota de um sistema que nasceu para garantir igualdade no acesso a cuidados de saúde.

Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, a realidade é ainda mais dura para quem vive fora dos grandes centros urbanos. No interior do País e em zonas periféricas, o sentimento de abandono é cada vez maior. As dificuldades de fixação de profissionais continuam sem solução, faltam especialistas, faltam médicos, faltam respostas permanentes, e aquilo que para alguns é um incómodo administrativo, para muitos portugueses significa distância, sofrimento e perda de qualidade de vida.

Por isso, Sr.ª Secretária de Estado, governar é escolher prioridades. E durante demasiado tempo a saúde foi gerida em reação à crise permanente, em vez de ser preparada com estratégia e antecipação.

O País precisa de um SNS forte, moderno e humanizado — um SNS que valorize os seus profissionais, que invista na prevenção, que reduza burocracias, que articule cuidados primários, hospitais e cuidados continuados e que garanta que o local onde uma pessoa nasce ou vive não determina a qualidade dos cuidados que recebe —, porque a saúde não pode ser um privilégio geográfico nem uma corrida contra o tempo.

Os portugueses estão cansados de promessas e esperam desta Assembleia e deste Governo enorme responsabilidade, coragem e soluções concretas. Porque quando o SNS falha, não falham as nossas estatísticas; falham vidas, falha a saúde de todos os portugueses.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Marta Silva, do Chega.

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Mais um debate sobre uma grande encenação que já conhecemos muito bem. O Partido Socialista vem acusar o Governo— e bem — de não cumprir, mas o Governo responde que recebeu uma herança pesada. Também está correto. Uns fingem que nunca governaram e os outros fingem que não governam, e, no meio desta troca de culpas, estão os portugueses: sem médico, sem consulta, sem cirurgia, sem urgência aberta e, cada vez mais, sem confiança.

O PS fala hoje de saúde como se tivesse acabado de chegar ao País, mas o PS não chegou agora. Esteve lá, governou, prometeu e também falhou. Vejamos: foi o PS que deixou 1,7 milhões de portugueses sem médico de família; também foi o PS que abriu as portas do País à imigração descontrolada; também deixou listas de espera a crescer, profissionais esgotados, urgências em rutura e um SNS a perder força todos os dias.

Mas também é preciso dizer ao Governo que já chega de repetir a desculpa da herança socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CDS-PP): — Explica a crise, mas não explica a falta de ação estratégica e a falta de resultados.

Dois anos depois, 40 % das medidas do plano de emergência continuam por concretizar — muitas eram prioritárias e deviam estar concluídas em 2024 — e o grupo de acompanhamento não reúne há mais de um ano.

Portanto, um plano de emergência que nem o próprio Governo acompanha deixou de ser um plano, passou a ser apenas propaganda arquivada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CDS-PP): — Mas há outro tema que não pode continuar escondido, que é a fraude no SNS. Segundo o Ministério Público, existem esquemas de fraude estrutural no SNS: atos médicos inexistentes, uso indevido de identidade, prescrição fraudulenta, faturação abusiva e uma contratação pública muito, muito questionável.

Meus senhores, isto é dinheiro roubado aos portugueses, é dinheiro roubado aos doentes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É tudo a gamar!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CDS-PP): — Quem quer governar a saúde a sério tem de fazer três coisas simples: primeiro, dar médico de família a quem não tem, sem truques administrativos; segundo, atacar sem dó as listas de espera, por especialidade, hospital a hospital; terceiro, limpar o sistema da fraude, do desperdício e da má gestão,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CDS-PP): — … porque defender o SNS também é defender cada euro que lá entra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CDS-PP): — Aguardamos, portanto, com muita, muita expectativa os resultados da tão falada Comissão de Combate à Fraude no SNS.

Também quanto ao INEM é preciso sermos diretos: reformar, sim; destruir não. Nesta semana, vimos os técnicos de emergência pré-hospitalar aqui em frente à Assembleia, numa manifestação, e porquê? Porque a

lei orgânica do INEM foi feita por decreto, sem discussão, e isto soa muito, muito a reforma feita pela porta do cavalo e sem respeito pelos profissionais.

Mas também ficámos muito espantados por não vermos lá grupos parlamentares como os do PCP,…

Protestos do PCP.

… do PSD ou da Iniciativa Liberal. Não estão ao lado dos profissionais.

Protestos da Deputada da IL Joana Cordeiro.

Aplausos do CH.

Quanto aos tarefeiros, sim, é preciso acabar com os abusos, mas o Governo, se não fixa médicos, está a criar escalas vazias, e escalas vazias não consultam, não tratam, nem operam.

Srs. Deputados, os portugueses não querem mais campeonatos da culpa. A hipocrisia de quem já governou não vai apagar a inércia de quem governa.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Da próxima vez esteja atenta!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Paula Santos pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é uma interpelação para informar a Mesa de que não é verdade o que foi dito: o PCP esteve presente, em solidariedade com os técnicos de emergência pré-hospitalar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Protestos do CH.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): —Mentiras, não! Digam a verdade!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isto não é uma interpelação, é uma intervenção!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Joana Cordeiro pediu também a palavra, faça favor.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, é uma interpelação à Mesa para informar que aquilo que a Deputada Marta Silva acabou de dizer não é verdade, porque, obviamente, a Iniciativa Liberal esteve com os técnicos de emergência pré-hospitalar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, para uma intervenção.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: A propósito deste debate, num mês em que tanto se apelou para um pacto para a saúde, importa lembrar o País da última vez em que tivemos um. Foi um pacto, Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, que não teve de ser exigido por nenhum Presidente da República, porque bastou que houvesse um mínimo de decência e maturidade democrática por parte da oposição, nessa altura.

Ora, quando em 2020, exatamente em plena pandemia da covid-19, o PSD viabilizou o Orçamento suplementar do Governo do PS, aquilo que fez foi precisamente firmar um pacto, colocando a saúde dos portugueses em primeiro lugar e o interesse nacional acima do próprio interesse partidário.

Aplausos do PSD.

E o PSD fê-lo à custa de muitas críticas, e à custa, possivelmente, de alcançar o próprio poder. Mas ao contrário do PS, para o PSD, o poder pelo poder de nada serve se não servir para melhorar a vida dos portugueses. É essa a nossa diferença essencial.

Vozes do PS: — Nota-se!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Porque o PSD não vê nas emergências oportunidades para fazer a política de terra queimada, tal qual o PS hoje decidiu fazer com o descaramento de convocar um debate sobre um plano de emergência que só foi necessário por causa da sua própria incompetência.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr.as e Srs. Deputados, até pode ser um novo estilo de oposição, mas não vos assenta nada, nada bem.

Estivesse este PS na oposição durante a pandemia e, mal a Ministra da Saúde tivesse necessidade de chamar um almirante para gerir qualquer campanha de vacinação, logo, aqui d'el rei, o PS pediria imediatamente a demissão da Ministra da Saúde.

Estivesse este PS na oposição durante a pandemia e já teriam as redes sociais do partido cheias de vídeos sobre o desastre de Portugal ter sido, a certa altura — porque foi! — o país do mundo com o maior número de mortos por milhão de habitantes.

Mas, Sr.as e Srs. Deputados, quem estava na oposição não era o PS, era o PSD, e, ao contrário do que o PS vem fazer hoje, o PSD, quando na oposição escolheu não fazer da saúde dos portugueses um permanente campo de batalha em busca de sangue político. O PSD esteve do lado do Governo do PS nessa crise pandémica e, dessa forma, conseguimos juntos, com os profissionais de saúde na linha da frente, superar todas as dificuldades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Pois hoje nós temos novas crises, desde logo a crise demográfica, que coloca Portugal como o segundo país mais envelhecido da União Europeia. É um grande desafio do nosso tempo, que obrigou o atual Presidente da República a vir — e bem! — exigir um novo pacto para a saúde.

E teve de exigir, porque percebeu que essa iniciativa nunca partiria do partido da oposição, do seu partido, muito menos deste PS, que só a muito, muito custo acabou por lhe dar o apoio nas eleições presidenciais. Pois daqui, Sr. Presidente da República, saiba que esses apoios tímidos e tardios que recebeu não vieram de nenhuns amigos da onça, vieram dos amigos da geringonça, que o Sr. Presidente tão bem conhece.

Aplausos do PSD.

Talvez por isso eu hoje esteja menos otimista quanto ao sucesso do seu apelo, pois esse pacto na saúde só será possível quando este PS for exorcizado politicamente do radicalismo que ainda hoje ecoa nos seus corredores. É que foi precisamente este radicalismo que levou o PS a abandonar o Estado social, em troca do poder absoluto.

Sr.as e Srs. Deputados, apesar de eu ainda ter esperança de que o PS, um partido histórico do arco da governação, fundacional da nossa democracia,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E a saúde?

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — … um dia se reposicione como um partido responsável, hoje não foi esse dia.

Quando, esta semana, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista disse não querer fazer apenas oposição, mas sim ser uma alternativa ao Governo da AD,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estava à frente nas sondagens, e agora não!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — … nós, na AD, pensámos: «Bem, o PS esteve oito anos no Governo a ganhar experiência, a ver como é que as coisas funcionavam; e agora já leva dois anos na oposição, nos seus fóruns internos a debater.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Está a aprender!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Já são 10 anos a preparar o seu plano, o seu próprio plano para a saúde. Devem ter tudo pensado ao mais ínfimo pormenor.»

A expectativa era de facto muito grande, mas «a montanha voltou a parir um rato». Então, qual é a proposta do PS para ajudar a resolver os problemas…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A proposta do PS?

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — … que deixou nas urgências da obstetrícia? Não têm.

Então, qual é a proposta do PS para dar médico de família a todos, como António Costa prometeu em 2016? Também ainda não têm.

Então, e a proposta do PS para reduzir as listas de espera para consultas e cirurgias, cuja gestão tanto criticaram neste debate? Ainda não foi desta.

Pois, afinal, quais são as propostas apresentadas pelo líder do PS para aliviar a pressão sobre o SNS? Pasmem-se os portugueses: capacitar os administradores hospitalares com mais formação.

Ora, depois de chamarem cobardes aos médicos, criminosos aos enfermeiros, agora são os administradores que são incompetentes. É mais um tique fundamentalista de um Partido Socialista que nunca assume as suas responsabilidades.

Os gestores públicos nomeados pelo PS? O critério foi a competência. Os nomeados pelo PSD? Foi o cartão partidário. Os Ministros dos Governos do PS? Figuras idóneas e impolutas. Os do PSD? Uma grande teia de interesses.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É o chamado peso na consciência!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — As greves na saúde com o PS? Fazem parte; segue o jogo. Com o PSD? Caia o Governo já.

Sr.as e Srs. Deputados, lamento que o PS seja hoje um partido sem rumo, um partido sem sumo. Espreme-se, espreme-se e nem uma ideia nova para o debate da saúde em Portugal.

Aplausos do PSD.

Se este é o plano para a saúde que os senhores demoraram 10 anos para elaborar, só vos pedimos que comecem já a preparar o plano da saúde para 2036, para que, nessa altura, se voltarem ao Governo, pelo menos consigam logo, imediatamente, colocar em prática alguma das tantas intenções que nunca conseguiram concretizar.

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — São três os pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado. São quatro? A Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva pede a palavra. Para que efeito?

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, para pedir a distribuição um documento.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — É para pedir a distribuição à bancada do PSD e, naturalmente, a todos os Deputados, de uma intervenção de um Deputado nesta Casa, também médico, de 18 de janeiro de 2021, em plena pandemia. O Deputado Ricardo Baptista Leite criticava as medidas do Governo,…

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — … lembrando que nunca tinha visto tantas mortes no Hospital de Cascais como nessa noite — noite, aliás, em que tinham morrido zero pessoas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído. Logo que chegue, será distribuído.
A Sr.ª Deputada Cristina Vieira Henriques, do Chega, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, se falamos em promessas não cumpridas, talvez precisemos de falar em soluções.
O PSD prometeu médico de família para todos, emergência, transformação, execução. Dois anos depois, já todos falámos nos mais de 1 milhão e 500 mil portugueses sem médico de família.
Um médico de família é a base do sistema, alguém que conhece a família, acompanha doenças, faz prevenção, rastreios e faz gestão clínica continuada. Gostei do gráfico da Sr.ª Secretária de Estado, mas isso não são médicos. São ecrãs, não são atos clínicos.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Depois, há aqui uma hipocrisia política evidente: desde os anos 80 que os centros de saúde enviam diariamente utentes para, em privados convencionados, fazerem análises, raios-X, TAC, exames cardiológicos ou fisioterapia. O Sistema Nacional de Saúde paga, há décadas, centenas de milhões de euros ao sector privado em meios complementares de diagnóstico e terapêutica e nunca ninguém achou escandaloso ou chamou a isso uma traição ao SNS.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Porquê? Porque o Estado sempre reconheceu que não tinha capacidade instalada para responder.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Agora vem a parte incómoda: também não tem médicos de família para responder.
Qual é a grande diferença da resposta? É a coragem. Todos os Governos passaram anos a fingir que tinham um problema ideológico com o privado, enquanto faziam contratos e convenções em toda a área da saúde. Destruíram a capacidade de resposta do SNS e, quando deixaram de conseguir responder, não tiveram coragem de usar toda a capacidade instalada existente para proteger os portugueses e resolver o que estragaram.

Parem com a cegueira ideológica, pensem nas pessoas. Se o Estado compra exames ao privado há mais de 40 anos, também pode contratar consultas como as de medicina geral e familiar. Campanhas avulsas e aleatórias e rastreios não substituem o médico de família; dão manchetes, mas não dão cuidados continuados.

A pergunta é: quando é que vão finalmente colocar os cidadãos em primeiro lugar?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Irene Costa, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, ouvi-lo aqui falar dos problemas do País e continuar a apontar a responsabilidade ao Partido Socialista leva-me a recordar uma frase bem conhecida do espaço político da bancada de V.ª Ex.ª, que diz que «… um Governo que, passados seis meses, continua a culpar o anterior Governo é um Governo incompetente».

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Cavaco Silva!

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — Ora, Sr. Deputado, os senhores já levam 2 anos, levam 4 vezes 6 meses. Portanto, se ao fim desses seis meses esse Governo era incompetente, eu pergunto-lhe como é que devemos classificar um Governo que, ao fim de 24 meses,…

Aplausos do PS.

… continua sem resolver os problemas…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — … e continua a culpar os outros pelos falhanços do Governo.

Sr. Deputado, dois anos depois do Governo do PSD, três diretores executivos depois, dois Secretários de Estado depois, dezenas de administradores hospitalares mudados e nomeados depois,…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Nem sabemos quantos!

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — … depois de o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, numa audição há mais de um ano, ter dito ao Sr. Diretor Executivo, e cito, que «finalmente há um plano para resolver definitivamente os problemas da saúde dos portugueses»,…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Oh!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — … depois, depois, depois, depois de tantos anúncios, Sr. Deputado, o que é que nós temos? Temos menos consultas, mais tempo de espera, mais utentes sem médicos, mais cirurgias adiadas, mais internamentos sociais.

Aplausos do PS.

Aliás, Sr. Deputado, os internamentos sociais eram uma prioridade do Plano de Emergência e Transformação na Saúde, para resolver até ao final de 2024, conforme os barómetros dos internamentos sociais. Era para resolver até ao final de 2024, mas, em 2024, temos mais 178 internamentos, em 2025 mais 465 e, em dois anos, o aumento acumulado já é de quase 30 %.

Sr. Deputado, há neste momento pessoas com cirurgias canceladas por falta de camas, que estão indevidamente ocupadas. Há pessoas que querem sair do hospital, mas o Governo não é capaz de lhes dar uma resposta.

A pergunta que lhe deixo é: como é que o tão anunciado Plano de Emergência e Transformação na Saúde afinal não transformou, não resolveu a emergência que prometeu e deixa milhares de pessoas à espera de uma vaga, centenas de famílias entregues ao desgaste, à angústia e à sensação de que o Estado simplesmente deixou de conseguir responder?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Sousa Martins,…

Vozes do PSD: — Vieira!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, como a Sr.ª Secretária de Estado que V.ª Ex.ª apoia prefere a propaganda aos factos, eu peço ao Sr. Deputado que esclareça a Câmara qual é que foi o princípio médico, técnico ou científico que presidiu à decisão de duplicar de 30 para 60 dias o prazo de uma cirurgia para um doente oncológico prioritário…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Isso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … e quais é que são os riscos para esses doentes que estão associados a esta decisão, profundamente irresponsável, mas também representativa da atitude do Governo no debate sobre o Serviço Nacional de Saúde e que a Sr.ª Secretária de Estado tão fielmente aqui tem traduzido.

Perante a incapacidade de garantir o que promete, prefere a propaganda. Portanto, eu espero que a bancada do PSD tenha algum parecer médico,…

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … alguma decisão que consiga dizer que é análoga noutro território, que presida a esta decisão de duplicar o prazo, para que um doente oncológico seja operado no Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, para responder. Tem 3 minutos para o efeito.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, começando pela última intervenção, do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, o Bloco de Esquerda acusou o Governo de tomar decisões irresponsáveis. Pois eu devolvo-lhe que a decisão mais irresponsável que o Bloco de Esquerda tomou foi obrigar o Partido Socialista a extinguir as parcerias público-privadas…

Aplausos de Deputados do PSD.

Protestos do BE.

… e essa decisão levou a que o seu partido passasse de 19 Deputados para 5 Deputados e para 1 Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Responda! São doentes oncológicos!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Por isso, aquilo que eu lhe peço é que não queira ser um meteorito que extingue o Bloco de Esquerda, a bem da polaridade democrática deste Parlamento.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E a resposta?

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Para responder à Sr.ª Deputada do Chega, eu não sei, depois de ouvir a intervenção do seu líder de bancada, se a sua intervenção ainda estava na parte cómica ou séria deste debate, porque não é possível debater seriamente com um partido que, não tendo uma única ideia para a saúde,…

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Não?! Não?! Está a brincar?!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — … quando chega às propostas do Orçamento do Estado, apresenta um aumento de despesa de 10 mil milhões de euros. Por isso, eu peço ao seu líder de bancada para pedir uma interpelação à Mesa,…

Neste momento, o orador estalou os dedos, imitando o barulho das castanholas.

… para distribuição dos documentos, e que nos faça chegar a informação das contas onde se diga quem é que vai pagar a despesa acrescida.

Parece-me a mim que, por este andar, no dia em que o Chega chegasse ao Governo, deixaríamos de ter um Serviço Nacional de Saúde para ter um «salve-se quem puder».

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Isso é agora!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Isso cá estaremos para evitar, a todo o custo.

Protestos do CH.

Depois, para a Sr.ª Deputada do Partido Socialista, é bom ver que o PSD tem saudades de competir com o Partido Socialista nesta Casa, de competir pelas melhores ideias, pelas melhores propostas, mas perdemos o Partido Socialista para outra competição.

Protestos do BE.

Hoje, querem competir com o Chega, querem fazer um grande trabalho de consultoria, analisar os dados dia a dia, querem ver quem é que apresenta mais requerimentos para o Governo vir ao Parlamento, querem ver quem é que pede, mais vezes e de uma forma mais vocal, a demissão…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Daquela senhora que está na bancada do Governo!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — … da Ministra da Saúde.

Protestos dos Deputados do PS Eurico Brilhante Dias e Irene Costa.

Portanto, nós temos saudades de ver o Partido Socialista neste debate. Porém, permitam-me que vos diga que, se é este o contributo que têm de dar para o pacto para a saúde, é melhor passar de um impacto negativo, que tiveram no passado, para um impacto nulo. Se não têm nada a acrescentar, pelo menos não atrapalhem, porque estou convencido de que assim podemos chegar a um bom pacto para a saúde.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — No sentido de… ?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, não é para ensinar o Sr. Deputado do PSD Francisco Sousa Vieira a tocar castanholas,…

Risos da Deputada do CH Marta Vieira da Silva.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Também não sabes!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … mas para distribuir, particularmente a ele, todas as propostas do Chega sobre saúde. Somos o partido, nesta Assembleia da República, que mais propostas apresenta na área da saúde.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Presumo que estejam todas disponíveis no *site* da Assembleia.
Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo aqui presentes: Compreendo aqui o ânimo de algumas bancadas, mas a verdade é que, para os portugueses, não podemos continuar neste jogo de passa-culpas entre quem governa, ora governo eu ora governas tu, mas mantém-se tudo na mesma.

No que diz respeito à saúde, é verdade que prevenir tem de ser mesmo o melhor remédio. Faz hoje, precisamente, dois anos que o Governo aprovou o Plano de Emergência e Transformação na Saúde, anunciando medidas para várias áreas, incluindo gravidez, urgências, medicina familiar e saúde mental, mas a verdade é que pouco ou nada mudou.

Senão, vejamos. Comecemos pelo início, pela gravidez, que ainda esta semana voltou a saltar para as capas dos jornais e televisões e redes sociais, após o Hospital de Faro se ter recusado a atender, nas urgências, uma grávida em trabalho de parto, apenas porque recorreu às urgências sem ligar para a linha SNS 24.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.ª Secretária de Estado, já ouvimos aqui as explicações, mas a verdade é incontornável. Falamos de uma mulher que estava em fim de gravidez e não era uma falsa urgência, que teria de ser atendida ou remetida, como foi, para 70 km de distância.

A pergunta que se impõe é: como é que chegámos a isto? Como é que temos um Serviço Nacional de Saúde universal que aquilo que tem a oferecer à população é deixar à porta uma mulher grávida, em fim de tempo, uma mulher de 37 anos em trabalho de parto, obrigando-a a percorrer 70 km de distância?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, não ligou…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não correu mal, mas podia ter corrido da pior maneira. Se olharmos para diferentes áreas do território, aquilo que verificamos é que temos hoje meios fundamentais de saúde à porta, por exemplo, das praças de touros, com ambulâncias ou até mesmo médicos, mas, se uma mulher precisar de um serviço de urgência, não pode entrar num hospital.

Passemos da maternidade para as urgências. Se temos, de facto, urgências fechadas à vez, sem responder no inverno às causas de frio e de gripe, qual é que vai ser a desculpa no verão? Vai ser do calor, das alterações

climáticas? É que efetivamente sabemos que há falta de meios e também concursos para preencher, mas, dois anos passados, os problemas não só se mantêm, como se agravam.

Por isso mesmo, não podemos deixar de colocar esta questão: o que é que, efetivamente, pretende o Governo fazer para resolver os problemas da saúde em Portugal?

É que já temos, inclusivamente, o Presidente da República a lançar o repto de um pacto estratégico para a saúde, e a verdade é que pouco ou nada tem sido feito pelos sucessivos Governos para colmatar os problemas de forma preventiva, quando temos mais de 1 milhão e 600 mil habitantes sem médico de família em Portugal, o que equivale a 15 % de todos os utentes inscritos e mais 37 000 pessoas do que em dezembro do ano passado.

Passemos, então, para a saúde mental. O que se diz do espírito da saúde mental no nosso País, quer os utentes quer o SNS, é que vai muito mal, Sr.as e Srs. Deputados.

O Governo anunciou a continuidade do programa de saúde mental para o ensino superior, mas também nada fez. No âmbito do reforço, a própria comissão técnica já veio pedir reforços de financiamento e os mesmos têm sido deixados na gaveta.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, se hoje assinalamos dois anos deste plano de emergência, talvez seja melhor passarmos para um plano de urgência, para conseguimos, de facto, ter uma resposta preventiva e não deixar a saúde, em Portugal, nos cuidados paliativos, como tem sido feito até aqui.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos concordamos que uma boa gestão no SNS salva vidas. Uma boa gestão permite mais consultas, mais diagnósticos atempados, mais cirurgias. No entanto, se concordarmos que uma boa gestão salva vidas, devemos também aceitar o oposto: uma má gestão custa vidas.

Desde que o PSD chegou ao Governo, já tivemos várias nomeações partidárias para administrações de ULS: ULS do Tâmega e Sousa, ex-Presidente da Câmara do PSD; ULS da Cova da Beira, militante do PSD sem qualquer experiência; ULS do Alentejo Central, candidato derrotado do PSD a uma câmara; ULS da região de Leiria, ex-Deputado municipal do PSD, mais duas vereadoras do PSD. Eu podia continuar. Foi por todo o País e foram dezenas de gestores nomeados, todos com a mesma ligação partidária.

Ninguém é automaticamente mau gestor por ser militante do PS ou do PSD, mas o facto de os gestores públicos na saúde passarem do PS para o PSD, e vice-versa, quando os Governos mudam, é um forte sinal de que não é principalmente por competência que eles estão lá.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — É também por isso que o sector da saúde é mal gerido. Se ter má gestão pública é mau em todo o lado, na saúde é particularmente grave. Quando um gestor, na saúde, toma uma má decisão, não é só um comboio que não passa, não é uma obra que se atrasa, são cirurgias que não acontecem, diagnósticos que ficam por fazer, pessoas que morrem desnecessariamente.

O nepotismo é mau em todo o lado — nas câmaras, nas águas, nos transportes públicos —, mas na saúde custa vidas. Quantas pessoas já morreram desnecessariamente para que o PS e o PSD pudessem encostar militantes ou ex-autarcas numa ULS qualquer? Quantas famílias, sem o saberem, foram destruídas para sempre, porque vocês escolheram os gestores pela cor partidária e não pela sua competência?

O que peço hoje é que ponham a mão da consciência e pensem se valeu mesmo a pena, porque, se calhar, é altura de mudarmos esta forma de gerir a coisa pública, a começar pela saúde.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Machado, do PSD, para uma intervenção.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Secretário de Estado: O debate de hoje faz-me recordar a figura de Oizis, da mitologia grega, personificação direta do infortúnio e da miséria.

Risos e protestos do CH.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Desde que dê mais liberdade…

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Pelo que vemos no debate de hoje, essa figura mitológica encontra-se bem representada na atualidade política portuguesa, seja pelo populismo do Chega, à extrema-direita,…

Protestos do CH.

… seja pela demagogia dos partidos do socialismo coletivista, à esquerda e à extrema-esquerda.

São os mensageiros da fatalidade, das más notícias de um futuro negro para os portugueses. São incapazes de reconhecer avanços e de ver para além da sua tática partidária; buscam, apenas e só, segurar eleitorado e trazer indícios de preocupação à sociedade.

Srs. Deputados, no debate quinzenal da passada quarta-feira, assistimos a um episódio caricato, protagonizado pelo Secretário-Geral do Partido Socialista. O Deputado José Luís Carneiro teve o desplante de acusar o Governo de um falhanço clamoroso na saúde, usando convenientemente, apenas e só, dados dos últimos dois anos.

Se o Deputado José Luís Carneiro tivesse a humildade que exige ao Primeiro-Ministro Luís Montenegro, compararia os resultados deste Governo, nestes dois anos, com os resultados do Governo do Partido Socialista. Se quisesse ser sério e credível, era isso que faria.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Vamos a isso!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Por isso, importa começar por repor a verdade. O atual Governo recebeu um SNS fragilizado, desorganizado, pressionado e com problemas acumulados ao longo de mais de oito anos de governação. O PS teve tempo, teve maiorias estáveis, teve Orçamentos aprovados sem dificuldade, teve condições para fazer o que era preciso fazer, mas deixou listas de espera em crescendo, deixou urgências em rutura, deixou dificuldades no acesso a médicos de família, deixou profissionais desmotivados, deixou maternidades sob pressão, deixou investimento em equipamentos por fazer, edifícios por reabilitar e construir, e deixou um SNS muitas vezes, vezes demais, incapaz de responder a tempo e horas.

Durante anos, o PS confundiu anúncios e intenções com execução, confundiu propaganda com reforma e, demasiadas vezes, a resposta aos problemas do SNS foi adiar, cativar, empurrar para a frente e esperar que a realidade não incomodasse.

Porém, a realidade incomodou. Incomodou os portugueses que esperavam, incomodou os profissionais que davam tudo sem condições suficientes, incomodou os serviços que funcionavam no limite e incomodou quem acredita verdadeiramente no SNS.

Para além destes problemas herdados, a política de portas escancaradas do anterior Governo, com imigração descontrolada e o aumento da procura, fez aumentar em mais de meio milhão os utentes do SNS — utentes aos quais o SNS não estava preparado para responder.

Foi este o contexto que o Governo da AD encontrou e que o levou a elaborar, em menos de 60 dias, como prometido, o Plano de Emergência e Transformação na Saúde.

Sr. Presidente, os dados são objetivos. Comparando os resultados do Partido Socialista, em 2023, com os resultados deste Governo, em 2025, temos mais consultas realizadas, temos mais cumprimento do tempo máximo de resposta garantido, temos mais cirurgias realizadas, temos mais rastreios, sobretudo na área oncológica, como o cancro do pulmão, o gástrico e o da próstata.

Ainda não está tudo bem, mas estamos melhor, bem melhor. Mais consultas originam mais diagnósticos, mais diagnósticos podem originar mais cirurgias e os dados demonstram exatamente isso. O SNS está a produzir mais e os portugueses estão a ter mais resposta em cuidados de saúde.

Acredito que foi certamente por lapso, e não por má-fé, que o Deputado José Luís Carneiro fez referência, no debate quinzenal, a uma redução de 760 000 consultas nos cuidados de saúde primários. Os dados são públicos, estão no Portal da Transparência do SNS e desmentem o número avançado. O Sr. Deputado não contabilizou, por certo, corretamente o total das consultas e a sua afirmação levou a uma conclusão errada de que portugueses teriam deixado de ter 2000 consultas por dia.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Põe no *ChatGPT*!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Parece-me que lhe cabe um pedido de desculpas ao Sr. Primeiro-Ministro e ao País, sobretudo se analisarmos objetivamente os dados comparativos entre o que o PS fez e o que este Governo está a fazer.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O *ChatGPT* responde!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Comparando os resultados que este Governo conseguiu, em 2025, e os resultados conseguidos pelo Partido Socialista em 2023, temos mais 700 000 consultas nos cuidados de saúde primários e mais de 1 milhão de consultas hospitalares, em 2025. Quando o PS terminou a sua governação, produzia o SNS 156 000 atos por dia; hoje produz 172 000 atos por dia.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Os indicadores mudam a toda a hora!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Srs. Deputados, por muita retórica política que se use e por muito que se tente manipular os dados, quando comparados de forma objetiva e justa, eles revelam a verdade. A verdade é que o SNS está a servir melhor os portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — A verdade é que inventou agora!

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Livre. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Quando o Governo apresentou este Plano de Emergência e Transformação na Saúde, em 2024, vendeu-o quase como se fosse uma solução, um milagre, um plano feito em 60 dias que ia resolver os problemas do SNS até 2025.

Agora já não é até 2025, já é só até 2029. Ontem à noite, o *site* que, supostamente, faz o acompanhamento deste plano dizia-nos que o plano estava cumprido até 60 % das medidas. Hoje de manhã, já eram 88 % das medidas. O verdadeiro milagre é o milagre da multiplicação da propaganda deste Governo.

Mas então, se o plano tem tantas metas cumpridas, porque é que os indicadores todos continuam a piorar? Porque, na verdade, estas medidas não estão cumpridas.

Olhemos para os eixos. O Eixo 1: resposta a tempo e horas, que inclui, por exemplo, o programa OncoStop, que vários indicadores nos dizem que resultou enquanto durou, mas que tudo voltou a piorar, quando o mesmo acabou.

Porém, a Medida B.3 — reforço do acesso à consulta especializada —, com o objetivo de reduzir a lista de espera para consulta especializada, não está cumprida. Em junho de 2025, quase um milhão de pessoas aguardavam por uma primeira consulta de especialidade e 56 % já tinha uma espera superior ao tempo máximo de resposta garantido. A lista de espera para consultas hospitalares cresceu 13,8 %, entre 2024 e 2025.

Eixo 2: bebés e mães em segurança. Medida A.1: criação do canal de atendimento direto para a grávida alavancado na linha SNS 24, o SNS Grávida, que tinha como objetivo organizar o circuito da grávida, garantindo uma resposta de qualidade e em segurança. Os indicadores de desempenho ainda estão por definir e nós temos

evidência de que não está cumprida. Em 2025, o INEM realizou 277 partos em situações de emergência pré-hospitalar, mais 114 % do que no ano anterior.

Eixo estratégico 3 — cuidados urgentes e emergentes. Aquilo que era urgente continua sem execução real ou sem qualquer prova de impacto. A requalificação das urgências gerais e da urgência psiquiátrica não saiu do papel e também já foi assumida como inexequível. Quanto à medida A.3 — implementação da consulta do dia seguinte nos cuidados de saúde primários para situações agudas de menor complexidade e urgência —, o próprio relatório de acompanhamento do plano, publicado em abril de 2025, dizia-nos que era impossível fazer uma análise comparativa do impacto desta medida, mas ela está marcada como concluída no *site*.

Eixo estratégico 4 — saúde próxima e familiar. Prometeram 360 000 pessoas com médico de família dos centros de saúde privados até 2025, mas agora já são só 60 000 até 2029. Os dados reais dizem-nos que temos mais de 1 milhão e 600 mil pessoas sem médico de família, mais 2,7 % do que em 2024. E as consultas nos centros de saúde diminuíram 0,8 % entre 2024 e 2025, sobretudo as presenciais, que diminuíram 4 %.

Eixo estratégico 5 — saúde mental. A medida A.2 — criação de programa estruturado de saúde mental para as forças de segurança (PSP e GNR) — está marcada como concluída no *site* do plano de emergência, mas ela não está cumprida. O Governo publicou dois despachos: publicou o Despacho n.º 10294-C/2024, que não cria um, não cria dois, mas cria três grupos de trabalho para fazer a criação, a implementação e a monitorização deste programa; e também publicou o Despacho n.º 12894/2024, que agiliza o acompanhamento psicológico dos profissionais das forças de segurança no âmbito dos cuidados de saúde primários, mas que não saiu do papel. O Governo considera a medida como concluída simplesmente porque publicou um despacho, mas, na prática, nada aconteceu, nada mudou, e é isso que acontece com todas as medidas deste Plano de Emergência e Transformação na Saúde.

Aplausos do L.

O plano ou está tão mal feito ou a sua implementação é tão incompetente, ou, então, o Governo está a manipular os resultados.

O SNS não está melhor. Não há um único indicador que nos diga que o SNS está melhor. Está muito pior do que estava em 2024. Os senhores estão a degradar progressivamente o SNS, e este programa é tão inútil, que até o Governo já desistiu de fazer o acompanhamento das medidas.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Já nem sequer o grupo de trabalho para o acompanhamento do plano publica qualquer relatório, porque os senhores já desistiram deste programa,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … já desistiram do SNS, mas vai continuar a haver aqui, neste Parlamento, quem não desiste do SNS e quem vos vai chamar à responsabilidade,…

Aplausos do L.

… para pararem com a propaganda de dizer aos portugueses que estão a implementar medidas, que estão a fazer mudanças, quando, na verdade, não estão a fazer coisa nenhuma, estão só a piorar.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sim, Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, para pedir a distribuição de documentos. Acredite, Sr. Presidente, que a última coisa que eu queria era ter de o fazer, mas o

Sr. Deputado do PSD acabou de dizer que o Sr. Deputado do Partido Socialista, o Secretário-Geral José Luís Carneiro, mentiu ao Parlamento numa pergunta feita ao Sr. Primeiro-Ministro.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Eu queria pedir para distribuir a página 14 do relatório da Entidade Reguladora da Saúde. Se têm algum problema com a Entidade Reguladora da Saúde, podem, por favor, dizer à Entidade o número, que é exatamente o que aqui está citado, na página 14.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.ª Deputada, é favor entregar aos serviços, para que seja distribuído pelos grupos parlamentares.

Continuando com as intervenções, a próxima é do Grupo Parlamentar do CDS, tendo a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Este debate é um debate político e, portanto, devemos fazer a avaliação da responsabilidade de cada um nesta matéria.

Devo dizer que se qualquer partido, que não o Partido Socialista, fosse chamado a escolher um tema para interpelar o Partido Socialista pelas responsabilidades que ainda tem pelo estado em que o País está hoje, escolheria unanimemente o tema da saúde.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Ultrapasse lá isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não há outra área das políticas públicas em que seja tão evidente. Por um lado, ao fim de dois anos, depois do estado em que o Partido Socialista deixou a saúde, é impossível que qualquer Governo que fosse conseguisse transformar substancialmente a realidade, dado o estado em que o tinha deixado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Pois, pois!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por outro lado, a responsabilidade do Partido Socialista é uma responsabilidade dupla — é uma responsabilidade direta e indireta.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — E interna!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É a responsabilidade pelo que fez e pelo que deixou acontecer. E é preciso…

Protestos do PS.

Ó Srs. Deputados, não se incomodem,…

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Nada! Quem está incomodado é o Sr. Deputado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … porque nós lembramo-nos muito bem. Os senhores, no último dia de oito anos de governação, por aquilo que não conseguiram fazer, mesmo com Governos de maioria absoluta, ainda diziam que a culpa era do Passos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Portanto, os senhores incomodam-se, ao fim de dois anos, por alguém apontar responsabilidades que são responsabilidades objetivas. Quais são as responsabilidades objetivas? Olhem, os senhores é que garantiram que o problema dos médicos de família se resolvia numa segunda-feira, mas ainda estamos à espera.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Nós?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — «Nós»?! Sim, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias. António Costa — diz-lhe alguma coisa? Diz-lhe alguma coisa o nome António Costa? Foi o Primeiro-Ministro António Costa que garantiu, mais do que uma vez, que todos os portugueses iam ter médico de família, mas não cumpriu!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

Protestos do PS.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — E depois disso?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Degradação substancial da situação das urgências; listas de espera; fim das PPP. Tudo isso foram responsabilidades diretas do Partido Socialista que não se resolvem em dois anos e que precisavam mesmo de um plano de emergência.

Protestos do PS.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Está aqui!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas os senhores têm responsabilidade noutra matéria. É que se neste momento há áreas da saúde — designadamente a dos médicos de família, mas também a do recurso às urgências — que são mais difíceis de resolver, isso tem tudo a ver com a política de imigração que os senhores fizeram.

Vozes do PS: — Oh!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — «Oh», não! Deixou-se entrar no País mais de um milhão de pessoas, sem qualquer regra,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Nossa Senhora! Vocês são o «ChegaDS»!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … sem atender a que estas pessoas não só têm de ter um emprego, como vão sobrecarregar todos os sistemas públicos que existem no País.

Protestos dos Deputados do PS Eurico Brilhante Dias e Mariana Vieira da Silva.

Quem vem cá vai recorrer à saúde, vai recorrer à educação. Se os sistemas já estão sobrecarregados com quem cá está, obviamente, vão entrar em rotura com o acréscimo de pessoas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vergonha!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é preciso nenhuma inteligência especial — seja ela real ou artificial — para perceber que este acréscimo de pessoas degradou brutalmente os serviços públicos.

E os senhores, com a irresponsabilidade que tiveram na política de imigração, fizeram não só com que os portugueses tenham pior saúde, mas também com que aqueles que cá chegaram não consigam ter um cuidado de saúde digno, como teriam direito, vindo para Portugal.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — E quantos trabalhadores?! Pergunte quantos trabalhadores lá estão!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Depois disto, é preciso dizer o seguinte: não se resolveria em dois anos, mas começou-se a resolver. Cinco eixos prioritários, 54 medidas, um plano de emergência para atacar esta realidade, com dados já concretos: o SNS Grávida, o OncoStop, a retoma das parcerias público-privadas, caminhos para resolver problemas concretos a pessoas concretas.

O que é preciso é inverter a lógica do Partido Socialista, que continuava a acrescentar dinheiro e pessoas, mas o problema não se resolvia, continuava igual ou pior. Não basta pôr dinheiro e não se pode continuar a ter constantemente mais gente a recorrer ao SNS.

É preciso um princípio de eficiência, um princípio de equidade, responder a mais pessoas, poupar e gerir bem os recursos. É isto que esta maioria está a fazer e já provou que faz melhor que o Partido Socialista.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, era para uma interpelação à Mesa, para esta poder auxiliar e distribuir o documento onde, a 22 de janeiro de 2024, o atual Primeiro-Ministro disse que queria um plano de emergência «até final de 2025, acabar com listas de espera que excedam o tempo máximo garantido e dar uma resposta de medicina familiar a todos os utentes de Portugal». Luís Montenegro, 22 de janeiro de 2024.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, pelo que se percebeu, é uma notícia. Portanto, é enviar o *link* ou o PDF da notícia para os serviços, para ser distribuída pelos grupos parlamentares.

A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Dois anos depois, como se antevia, o plano do Governo não só não resolveu nenhum problema estrutural do SNS, como agravou todos os problemas que já afetavam os utentes e os profissionais de saúde.

Tivemos a oportunidade de afirmar que neste plano não constavam medidas para reforçar a capacidade do SNS. Foi um plano para transferir a prestação de cuidados de saúde e recursos financeiros para os grupos privados: com as USF modelo C; a contratualização com o setor privado no âmbito dos cuidados de saúde primários; as parcerias público-privadas; o novo modelo para facilitar o encaminhamento de utentes para cirurgias; e, agora, as consultas nos grupos privados.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É melhor deixá-los à espera!…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — A isto, soma-se a redução da capacidade do INEM, para abrir portas à sua privatização.

Há cerca de 9000 utentes a aguardar uma cirurgia oncológica e cerca de 20 % já tinham ultrapassado os tempos máximos de resposta recomendados. Significa isto que o OncoStop, a joia da coroa, não resolveu nenhum problema estrutural. Mais de 270 000 utentes aguardam cirurgia e, destes, mais de 80 000 já ultrapassaram o tempo máximo de resposta recomendado, que aumentou 15 %.

Regista-se uma redução de cirurgias e consultas realizadas neste ano, com menos 300 000 consultas nos cuidados de saúde primários, enquanto as listas de espera aumentam.

Os internamentos sociais aumentaram nos últimos dois anos. O número de utentes sem médico de família aumentou e é o Governo que assume que não vai resolver o problema, quando coloca como objetivo uma cobertura de 85 % em 2027.

O Governo encerrou serviços. A Sr.ª Secretária de Estado pode chamar o que quiser, mas a verdade é que os serviços de urgência de obstetrícia e ginecologia no Barreiro e em Vila Franca de Xira estão encerrados, o que poderá, inclusivamente, conduzir ao esvaziamento dos serviços de obstetrícia e ginecologia destes hospitais.

As urgências regionais não resolvem nenhum problema. As grávidas vão continuar a percorrer muitos quilómetros até serem atendidas. Sr.ª Secretária de Estado, aconselho-a a conhecer o País, porque não há qualquer comparação possível entre as características da região do Porto e as da região de Lisboa.

A carência de profissionais de saúde persiste, o que é mais um problema não resolvido, porque o Governo continua a recusar valorizar, de facto, os profissionais de saúde — as suas carreiras, progressões, salários, condições de trabalho. E o resultado está à vista: concursos para contratar médicos e o internato médico, ambos com vagas por ocupar.

Sobre o PRR, o Governo retirou investimentos em centros de saúde. São 92 centros de saúde que saíram do PRR, porque não iam estar concluídos até agosto deste ano. Creio que sobre execução também estamos conversados.

Mantêm-se todos os constrangimentos à autonomia e à gestão das unidades públicas de saúde. Ainda esta semana, o Ministro das Finanças decidiu a redução das transferências para as unidades de saúde do SNS, caso haja aumento de pagamentos em atraso. Isso só vai agravar o problema, vai ter um impacto negativo na prestação de cuidados de saúde aos utentes e, mais uma vez, o Governo privilegia critérios económicos em detrimento de critérios clínicos.

Enquanto os utentes esperam e desesperam, há quem lucre, e lucre muito, com o negócio da doença, um negócio que o Governo alimenta com a progressiva redução da capacidade de resposta do SNS.

Está demonstrado que esta política não serve. É preciso reverter este rumo, é preciso uma política que retome os princípios constitucionais da universalidade do direito à saúde, uma política que invista e reforce a capacidade do SNS e que valorize os seus profissionais, porque este investimento é o que garante que todos os utentes têm acesso aos cuidados de saúde.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento, que será feito pelo Grupo Parlamentar do Chega. Até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Eliseu Neves.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a bancada do PCP insiste na hipocrisia de se autoproclamar a única defensora do SNS, mas a verdade factual esmaga essa narrativa: o PCP não quer soluções para os doentes, quer apenas alimentar o seu bloqueio ideológico.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Escondem que foram cúmplices diretos da asfixia financeira da saúde na geringonça. Aprovaram Orçamentos que degradaram os hospitais e esgotaram profissionais.

Para o PCP, a pureza do dogma estatizado vale mais do que a vida dos portugueses. A vossa visão cruel, em nome da vossa cartilha, prefere condenar um doente a esperar dois anos por uma cirurgia no público do que permitir que ele seja operado em duas semanas no setor privado ou social, sem pagar por isso nem mais um cêntimo.

O vosso combate não é pelos utentes, é uma obsessão cega contra a iniciativa privada.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Não apresentam propostas viáveis, limitam-se a cavalgar o protesto e a promover o bloqueio do sistema.

Perante este preconceito gritante que prejudica os portugueses, a pergunta é muito direta: até quando é que o PCP vai manter esta intransigência fanática, preferindo ver as listas de espera a aumentar e os doentes a sofrer, do que aceitar parcerias práticas que tratem a tempo e horas os cidadãos deste País?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, dispondo de até 9 segundos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, creio que fanática foi esta sua intervenção, porque parecia um representante da CUF ou do Grupo Luz a defender que o SNS, em vez de utilizar os recursos financeiros para contratar médicos e para investir nos centros de saúde e nos hospitais, devia pegar nesse dinheiro e transferi-lo para os lucros da CUF e do Grupo Luz, que os senhores defendem.

Protestos de Deputados do CH.

É isso, Sr. Deputado: os senhores são cúmplices daquilo que está a acontecer no Serviço Nacional de Saúde!

Aplausos do PCP.

Protestos do CH.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Vamos continuar com as intervenções. A próxima será do Governo e tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Gestão da Saúde.

O Sr. **Secretário de Estado da Gestão da Saúde** (Francisco Catalão): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Eu queria ter a oportunidade de recentrar um pouco o discurso no tema da conta do SNS, porque tem sido muito debatido aqui, ao longo desta manhã.

Já ouvimos dizer que o Governo quer desmantelar o SNS, que o Governo desistiu do SNS. Também criticam o aumento da despesa, mas querem tudo e mais alguma coisa. Portanto, acho que era preciso haver aqui um ponto de ordem para falarmos da conta do SNS de uma forma mais clara e objetiva.

É verdade, e não escondemos isso, que nos últimos dois anos a despesa do Serviço Nacional de Saúde cresceu. É verdade, mas importa esclarecer onde é que ela cresceu.

Cresceu, logo e em primeiro lugar, para os profissionais de saúde, que tinham carreiras estagnadas há mais de uma década. Foi para os médicos, para os enfermeiros e para os técnicos, e hoje temos profissionais no Serviço Nacional de Saúde mais bem pagos e com melhores condições de atratividade, restauradas depois de um tempo sem qualquer atualização.

Em segundo lugar, foi também para os doentes. Investiu-se na aquisição de bens e serviços, algo que estava bastante depauperado no nosso Serviço Nacional de Saúde. Significou também novos tratamentos, terapêuticas mais inovadoras, mais e melhores medicamentos para os nossos doentes.

Acho que isto é relevante. Para quem parece que quer desistir ou desmantelar o SNS, é exatamente o contrário: é uma aposta na qualidade através de melhor despesa e de mais e melhor gestão, que também foi uma crítica posta a este Governo.

Portanto, o Serviço Nacional de Saúde é hoje mais bem pago para quem lá trabalha, oferece melhores tratamentos a quem dele precisa e é gerido com mais rigor e mais previsibilidade do que era. Este é o caminho que este ministério e este Governo estão a fazer.

Mas também temos investido no SNS. No contexto do reforço das capacidades hospitalares, importa assinalar o lançamento do concurso para o novo Hospital Central do Algarve, um investimento há muito esperado não só pela região algarvia, mas também pelo País, reivindicado já desde 2008 e para o qual, até agora, nada tinha sido feito.

É de assinalar também o lançamento, agora em maio, da linha de financiamento no valor de 50 milhões de euros, que a Sr.ª Ministra tinha anunciado nesta Câmara, para a realização de obras em espaços de serviços

de urgências hospitalares, urgência geral e urgência de psiquiatria. É um investimento que seguramente contribuirá para a melhoria da qualidade do atendimento, para o aumento da segurança dos doentes e para o incremento da eficiência dos cuidados prestados pelas equipas multidisciplinares do SNS.

Este trabalho de modernização do parque hospitalar não se esgota, obviamente, apenas nestes dois exemplos. Existem muitos outros que estão em desenvolvimento pelas unidades locais de saúde. São investimentos que representam mais do que obras, que representam compromissos assumidos com a prevenção, a equidade e a dignidade do acesso aos cuidados de saúde. São investimentos que têm de ser desenvolvidos com responsabilidade, respeitando as limitações dos recursos disponíveis, sejam eles humanos, financeiros ou materiais, e isto é algo irredutível, a que não conseguimos fugir.

Também tem sido feito um grande esforço na diminuição dos prazos médios de pagamentos do Serviço Nacional de Saúde, uma tentativa de moralização da relação do SNS com os seus fornecedores. Este é um grande esforço financeiro que tem sido realizado, uma situação que era insustentável e que vinha de trás. Já se conseguiu acabar 2025 com um prazo médio de pagamentos inferior a 90 dias e espera-se que este ano se atinja o prazo médio de pagamentos abaixo dos 60 dias, que é também uma obrigação a nível comunitário.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Secretário de Estado tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar do Chega. Para tal, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado José Dias Fernandes.

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, estamos hoje na Casa da democracia a discutir direitos fundamentais, nomeadamente o direito à saúde.

Mas há uma realidade que muitos aqui querem ignorar: milhares de portugueses espalhados pelo mundo, portugueses que ajudaram a levantar economicamente Portugal, veem hoje esses direitos serem-lhes negados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Os emigrantes portugueses trabalharam a vida inteira, enviaram as suas economias para Portugal e investiram em Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Sustentaram famílias inteiras, criaram associações para preservar os nossos usos e costumes lá fora. Sustentaram a nossa economia nacional em momentos difíceis.

Durante décadas, nunca foi negado aos emigrantes portugueses o acesso ao Serviço Nacional de Saúde, mas o Governo e o PS decidiram acabar com esse direito, criando uma injustiça profundamente revoltante para quem nunca deixou de se sentir português.

Não é aceitável que quem mais contribuiu para Portugal seja tratado como um cidadão que não conta. Os emigrantes continuam sujeitos a dupla tributação, a taxas injustificadas, a custos consulares elevados e a serviços públicos que muitas vezes lhes são negados. Pagam e contribuem, ajudam Portugal, mas, quando precisam do seu País, encontram as portas fechadas.

Sr. Secretário de Estado, estamos num Parlamento onde se discute, e bem, o direito à saúde para todos, mas aquilo que nós, emigrantes, sentimos hoje é que este Governo demonstra mais sensibilidade para tantas outras causas do que para garantir um direito básico de saúde aos portugueses espalhados pelo mundo. Isto gera sentimentos de desprezo, humilhação e abandono nas nossas comunidades.

O Governo fala ultimamente em Portugal, Nação Global. Essa expressão já é antiga. Mas, afinal, que nação global é esta, onde os portugueses emigrantes continuam sem ter a igualdade de direitos dos residentes? Portugal só é global quando se trata de sugar as economias financeiras dos emigrantes, de impostos e perseguição às suas contas bancárias. É isto Portugal, Nação Global?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 1 minuto e 30 segundos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado da Gestão da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigado pela sua intervenção.

A única coisa que me apraz dizer neste momento é que este Governo e este ministério nunca deixarão nenhum português para trás. Todos eles serão considerados no acesso ao Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Começamos a caminhar para o fim do debate.

Ainda temos mais uma intervenção, que será do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Para o efeito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Susana Correia.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.ª Secretária de Estado e Sr. Secretário de Estado: No dia 24 de maio de 2024, o Governo da AD apresentava o Plano de Emergência e Transformação na Saúde — o plano que ia salvar o SNS, o plano que ia transformar o SNS.

No dia em que este plano faz dois anos, no dia em que este plano devia estar de parabéns, o PSD está chateado. Está muito chateado, porque o Partido Socialista agendou um debate para prestar contas aos portugueses. Srs. Deputados, não é aos Deputados do PS que os senhores têm de dizer se o plano correu bem ou mal; é aos portugueses, porque foi aos portugueses que o prometeram.

Aplausos do PS.

O PSD está chateado porque, no dia em que o Plano de Emergência e Transformação na Saúde faz dois anos, é o próprio PSD que não quer falar do plano; é o próprio PSD que já mostrou aqui, neste debate, que não confia no plano, e é o próprio PSD que não consegue dizer aos portugueses se o plano, afinal, está em vigor ou não.

O Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira diz que este debate é política de terra queimada. Sr. Deputado, estamos a falar do plano que o seu Governo apresentou aos portugueses como o plano com as medidas que iam salvar o Serviço Nacional de Saúde!

Aplausos do PS.

Sr.ª Secretária de Estado, já tivemos de distribuir o relatório da ERS, se não me falha a memória, umas três vezes, por causa dos números incoerentes que a Sr.ª Secretária de Estado vai lançando.

Mas deixe-me só falar, por exemplo, da especialidade de cardiologia. Sr.ª Secretária de Estado, a especialidade que é a principal causa de morte em Portugal tem consultas fora do tempo máximo de resposta garantido de 86,4 %, e a lista de espera aumentou quase 40 %. Sr.ª Secretária de Estado, é das especialidades mais preocupantes no nosso País!

Aplausos do PS.

Já agora, Srs. Deputados, a Sr.ª Secretária de Estado disse-nos durante o debate, e cito: «Tenham calma, Srs. Deputados, tenham calma!» Sr.ª Secretária de Estado, estávamos a falar das USF modelo C. O Plano de Emergência e Transformação na Saúde diz que estão concluídas. Sr.ª Secretária de Estado, o que é que tem a dizer ao Oeste, ao Bombarral, a Óbidos, a Silves, a Lagos e a Caldas da Rainha? Concluídas, Sr.ª Secretária de Estado?

Aplausos do PS.

Para terminar, nos dois anos em que o Plano de Emergência e Transformação na Saúde está, ou devia estar, de parabéns — não está pela má ação e governação deste Governo —, nós perguntamos o que é que aconteceu ao plano que veio para salvar o SNS.

Sr. Deputado João Almeida, se ouvir o Presidente da ULS de Santa Maria, há mais migrantes a trabalhar no Santa Maria do que a serem beneficiários da saúde no SNS. É o senhor…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS e do L.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É mentira, isso! É completamente falso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento, ao qual não terá tempo para responder, mas antes temos uma interpelação à Mesa por parte do Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é muito rápido.

Como foi dito pela Sr.ª Deputada do Partido Socialista que havia mais imigrantes a trabalhar no Santa Maria do que a usufruírem do Santa Maria, eu gostava que ela nos entregasse esse estudo. Onde é que estão esses dados, para sabermos se é verdade ou não?

Aplausos do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É absurdo!

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, se não tivesse tempo, eu iria fingir que foi uma interpelação. Como tinha tempo, podia ter feito um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Eu tinha dito à Sr.ª Deputada que não tem tempo, mas parece que, entretanto, vai ter. Já lá vamos.

Tem um pedido de esclarecimento, que vai ser feito pelo Grupo Parlamentar do PSD. Até 1 minuto e 9 segundos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Oliveira.

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, Sr.ª Deputada Susana Correia, o Partido Socialista apresentou ao País algumas propostas para a saúde, falando em reformas estruturais, em acesso e, imaginem, em confiança no Serviço Nacional de Saúde. Por isso, volta a pergunta: onde andaram estas soluções quando governaram?

A saúde, Srs. Deputados, não pode ser palco de amnésia política.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — O atual Governo encontrou um SNS profundamente fragilizado e teve de agir.

E os resultados falam por si: mais rastreios, mais acesso a medicamentos, mais investimento público, com novos futuros hospitais a avançarem, dando os exemplos concretos do Hospital do Algarve e do Hospital de Todos-os-Santos, assim como a transformação do Hospital de Viseu.

Mas também podemos falar da modernização e da construção de muitos centros de saúde, porque aqui, aos dias de hoje, não há adiamentos.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — A saúde, de facto, não precisa de *marketing* político, precisa de estabilidade. E aquilo que os portugueses esperam da oposição não é dizerem que são os bons e o que o Governo é o mau. Não esperam enredos, esperam sentido de Estado…

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Coisa que o PS nunca teve!

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — … para uma recuperação de um serviço público essencial. E é nisso que este Governo está focado e o PSD também.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — E com uma cedência de 19 segundos, a Sr.ª Deputada Susana Correia agora tem 4 segundos para responder.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Pinto, se fizer uma visita à ULS de Santa Maria, como o PS fez,…

Vozes do CH: — Não, não, não!

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — … é o Presidente do Hospital de Santa Maria quem lhe vai dizer que tem mais imigrantes a trabalhar do que a beneficiar do SNS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não repita esse disparate!

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Sr.ª Deputada Ana Oliveira,…

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — É impossível!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pense no que está a dizer!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.as e Srs. Deputados, acho que devemos agradecer à Sr.ª Deputada, que, embora só tenha tido formalmente um pedido de esclarecimento, tentou responder a dois. Devemos agradecer esse esforço.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vamos ao Martim Moniz e só vemos enfermeiros! No Martim Moniz aquilo é só enfermeiros!

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São as perceções!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É não ter noção! É não ter total noção!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — E para que a Sr.ª Deputada possa terminar a sua resposta, peço aos serviços que ponham 4 segundos, mas 4 segundos sem tolerância. São 4 segundos sem tolerância dos 15, portanto,…

Protestos do PS e contraprotestos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, vamos dar condições para a Sr.ª Deputada Susana Correia poder terminar, porque ainda temos mais duas intervenções antes da fase de encerramento.

Sr.ª Deputada, quando quiser.

Burburinho na Sala.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, com este ruído não percebi se não confiam na Deputada Susana Correia ou no Presidente da ULS…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Da próxima vez que estiver com ele, diga-lhe para não dizer disparates!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É o PS e o PS2!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, até 1 minuto e 15 segundos, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Saúde,…

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP e contraprotestos do PS.

… quando o Hemiciclo der condições à Sr.ª Secretária de Estado para poder fazer a sua intervenção.

Tem a palavra, Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Muito obrigada, Sr. Presidente. É preciso aqui esclarecer como foram definidos os novos tempos máximos de resposta garantida, relativamente a consultas e cirurgias.

Para já, vieram de uma proposta de um grupo de trabalho onde existem médicos, onde existem administradores hospitalares, onde existem vários profissionais de saúde. Não foi uma decisão política, foi uma decisão técnica.

Mas convém aqui esclarecer: não aumentámos tempos. Cirurgia programada — que é a chamada urgência deferida, antes 72 horas, que deixámos cair, porque qualquer utente de urgência deferida é operado no serviço de urgência — com tempos de resposta de 15, 60 e 80 dias. O que é que nós fizemos? Criámos dois níveis de tempo de resposta: 30 e 180 dias. Em oncologia, novamente a urgência deferida, passámos de tempos de resposta de 15, 45 e 60 dias para 30 e 60 dias. Portanto, convém esclarecer os portugueses que nos ouvem em casa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso fica-lhe mal! Sabe que é mentira!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, até 31 segundos, pelo Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Bom, no final deste debate — deste importante debate —, percebemos que não há soluções, que o PSD e o Governo não apresentaram soluções para o nosso País.

Disse a Sr.ª Deputada Susana Correia que na ULS de Santa Maria existem mais imigrantes a trabalhar do que a usufruir! Ó Sr.ª Deputada, nós vamos ao Martim Moniz e vemos logo que aquilo é só enfermeiros! É só médicos e enfermeiros no Martim Moniz!

Aplausos do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É tão ridículo! Como é que vocês acreditam?! Que disparate!

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Nem piada tem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É aquilo que lá mais existe, Sr.ª Deputada. É aquilo que mais existe, Sr.ª Deputada. É o que mais existe; é o que mais lá existe.

Aplausos do CH.

Mas, a prova da propaganda deste Governo é a rapidez o Hospital do Algarve. Reparem: concurso para o Hospital Central do Algarve — adjudicação, final de 2027; obras, início de 2028; funcionamento, 2031. Ou seja, lá para 2035 ou 2036 existe um hospital no Algarve…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar na fase de encerramento deste debate. Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fala de Mafra!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: O Partido Socialista agendou este debate porque hoje perfazem precisamente dois anos desde que o Plano de Emergência e Transformação na Saúde foi apresentado pelo Sr. Primeiro-Ministro e pela Sr.ª Ministra da Saúde.

O primeiro facto que temos de sublinhar é que a Sr.ª Ministra da Saúde se demitiu de vir ao Parlamento discutir e fazer o balanço do Plano de Emergência e Transformação na Saúde.

Aplausos do PS.

Essa demissão vai em linha com o comportamento que o Governo tem tido: procura dizer que não sairá de fininho, mas, quando chega o momento de prestar contas, fica apenas a propaganda.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Em Mafra! Em Mafra!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Devo dizer que não posso deixar também de sublinhar que o Partido Socialista governou durante oito anos, tendo convivido com um determinado bastonário da Ordem dos Médicos que, lamentavelmente, infelizmente, também hoje não pôde estar presente, para este balanço destes dois meses.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Partido Socialista não deixará de sublinhar: este Governo governa há dois anos e os resultados são um autêntico fracasso, porque é um fracasso na confrontação entre a propaganda e as promessas durante o período eleitoral e aquilo que, efetivamente, fez durante os últimos dois anos.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Nascimento.

Segundo aspeto, segundo facto a sublinhar: o Partido Socialista governou durante oito anos. O SNS, de 2015 a 2024, ficou com mais 150 000 profissionais,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E utentes!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … 82 000, entre médicos e enfermeiros.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E os imigrantes?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exato!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — As consultas hospitalares aumentaram 11,7 %; o número de cirurgias aumentou 27,9 %; as consultas médicas nos cuidados de saúde primários cresceram 12,2 %. E o SNS enfrentou a pandemia, uma pandemia que não se via desde o princípio do século XX. Este é o contributo do Partido Socialista para uma saúde melhor. Este é um facto indesmentível: a produção do SNS melhorou, aumentou, mesmo enfrentando uma pandemia, durante os Governos do Partido Socialista.

Terceiro facto: em 2025 verificámos um agravamento das listas de espera para consultas nos cuidados de saúde primários de 13,9 %. Foi pena ter de desmentir o Grupo Parlamentar do PSD. Os números apresentados pelo Secretário-Geral do Partido Socialista estavam corretos: menos 760 000 consultas presenciais, 2000 consultas presenciais, durante o ano de 2025.

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Duas mil consultas?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Nas listas de espera para cirurgia, um aumento de 3,4 %. E mesmo na cirurgia oncológica, assumida como bandeira pelo Sr. Primeiro-Ministro, as listas de espera aumentaram 4,7 %. Que quer isto dizer? O Governo estabelece metas; não cumpre nenhuma das metas; e, ao fim de dois anos, o melhor que tem para dizer — ouça bem, Sr. Deputado João Almeida — é: «Nós prometemos, mas não cumprimos;…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … nós prometemos, mas em dois anos era impossível; nós dissemos aos portugueses que era para cumprir, mas não vamos cumprir».

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, ao fim de dois anos, perante esta demissão hoje, não vindo ao Parlamento, temos a Sr.ª Secretária de Estado que nos diz: «Eu fiz a minha vida, a minha carreira, com provas públicas; sempre provas públicas. E estou sempre disponível para esclarecer». Não percebi se isto é parte da demissão, ou não, da Sr.ª Ministra da Saúde.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Não percebi. Fiquei sem perceber.

Mas, Sr.ª Secretária de Estado, veio aqui dizer que fez muitas vezes provas públicas. E uma das coisas que é essencial é que, quando definimos metas, confrontemos os resultados com as metas e os indicadores que definimos.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Ah!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Se nas suas provas públicas apresentasse umas metas para os indicadores e depois quisesse validar essas metas com outros números, teria chumbado nas suas provas públicas. Garanto-lhe que tinha chumbado nessas provas públicas.

Aplausos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados, o Partido Socialista, ao longo destes últimos anos, apresentou ao Governo uma alternativa…

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Ai foi?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … para a urgência pré-hospitalar. Apresentámos aqui, e foi aprovada neste Plenário, a carreira de médico dentista.

O Partido Socialista tem vindo a terreiro com propostas. E dizemos sempre: do PS nunca esperarão a oposição pela oposição; há alternativa. Seremos sempre a alternativa com propostas concretas. Mas há uma coisa que este Governo terá de aprender: prometeu aos portugueses e não cumpriu; como partido responsável, cá estaremos, sempre que seja necessário, para dizer que a incompetência deste Governo deve ser assinalada. E a área da saúde…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … é provavelmente das áreas mais paradigmáticas da sua incompetência.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Sr. Secretário de Estado, a Sr.ª Ministra não veio.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Que saudades!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Infelizmente, podemos constatar: não tem estado para melhorar a saúde dos portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado Hugo Soares, quer usar da palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, para dar nota do seguinte: foi invocada pelo Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias — não invocando o nome, coisa que farei agora —…

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … a ausência do Deputado Miguel Guimarães neste debate. Foi expressa a referência que o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias fez ao Deputado Miguel Guimarães.

O Sr. Deputado Miguel Guimarães está hoje, em minha representação, num evento público em trabalho político,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Viram a agenda?! Que conveniente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … e foi de manifesto mau gosto a referência que aqui foi feita.

Nunca o Grupo Parlamentar do PSD pôs em causa — apesar da vozearia do Grupo Parlamentar do Partido Socialista — as ausências, por exemplo, do Secretário-Geral do Partido Socialista, que está, e muito bem, em trabalho político quando não está neste Parlamento. O que aqui aconteceu é feio, foi de pouca educação, muito pouco urbano e de pouca lealdade parlamentar.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Para pedir desculpa?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, era apenas para esclarecer o evidente: a referência que fiz ao antigo bastonário da Ordem dos Médicos era, naturalmente, ao Sr. Deputado Miguel Guimarães.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já sabemos!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Aquilo que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD veio dizer é que o Grupo Parlamentar tomou a opção de que ele não estivesse presente. E esse é o único registo que quero deixar.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e contraprotestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.as e Srs. Deputados, independentemente da especificidade deste momento, acho que todos os partidos devem ter bastante bom senso quando fazem referências à ausência de outros Deputados, pelo menos tentando confirmar *a priori* as possíveis razões dessas ausências. Até porque os vice-presidentes desta Assembleia, como sabem, fazem o trabalho de justificação de faltas aos Plenários.

Sabemos as muitas razões pelas quais, às vezes, os Deputados não estão aqui, e, na sua larguíssima maioria, são bastante justificáveis, além de questões políticas.

Aplausos de Deputados do PSD.

Portanto, deve haver esse cuidado, de se confirmar *a priori* as possíveis razões das ausências.

Para encerrar o debate, pelo Governo, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ou então o novo Ministro da Saúde!

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, a extrema-esquerda e o PS,…

Vozes do PS: — Ah!…

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … o PS e a extrema-esquerda reincidiram novamente na alegada falta de escrutínio ao Governo, dado que a Sr.ª Ministra da Saúde hoje não compareceu a este debate.

O PS imitou aquilo que ontem o Partido Comunista Português fez e que, deixe-me dizer, Sr. Presidente, já cansa!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A mim, não!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — De uma vez por todas, que fique assente que quem define as presenças do Governo e as suas intervenções é o próprio Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Com certeza!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O que é que este Plenário não diria…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E bem! E bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O que é que o Sr. Presidente não diria se o Governo dissesse que, em vez da Dr.ª Mariana Vieira da Silva, quem deveria ter falado era o Secretário-Geral do PS, José Luís Carneiro?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É a mesma coisa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ou o Pedro Nuno Santos!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Ou que ela devia substituí-lo — até porque parece que nem sequer esconde a ânsia profunda —,…

Aplausos do PSD.

… e que, portanto, o Sr. Deputado José Luís Carneiro deveria ter falado neste Hemiciclo, neste debate, em vez da Deputada Mariana Vieira da Silva.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não cola!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não ficaria bem, pois não, Sr. Deputado?!

Pois é exatamente isso. É que quem escolhe quem faz as intervenções do Partido Socialista é o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quem escolhe quem faz as intervenções do Governo é o Governo, seguindo aquilo que diz o Regimento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Há debates, Srs. Deputados, que testam a capacidade de uma Assembleia de discutir números; há outros que testam a aptidão de uma democracia para discutir as suas responsabilidades, e este é um desses momentos.

Quando falamos de saúde, falamos do ponto mais sensível do contrato entre o Estado e os cidadãos. A saúde é talvez o espelho mais exigente com que a democracia se confronta. Revela a sua capacidade de se organizar, de cuidar, de antecipar, de reformar e de proteger; revela também a qualidade da política que fazemos,…

Vozes do PS: — É verdade!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … se escolhemos a facilidade da acusação ou a exigência da solução.

Protestos do PS.

Por isso, esta interpelação merece mais elevação — designadamente por parte de quem a apresentou —, merece verdade, merece sentido de Estado.

O Serviço Nacional de Saúde atravessa uma pressão real, profunda e acumulada: envelhecimento demográfico, mais doenças crónicas, mais pessoas que a ele recorrem,…

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

… maior complexidade clínica, maior exigência dos cidadãos, escassez de profissionais — efeitos acumulados de anos e anos de respostas adiadas.

Estes problemas existem! Seria intelectualmente desonesto negá-los, mas seria igualmente irresponsável ignorar aquilo que já está a mudar. Com este Governo, o SNS fez mais: mais consultas médicas, mais consultas de enfermagem, mais consultas hospitalares;…

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

… a cirurgia programada encontra-se no valor mais elevado de sempre.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Nos cuidados de saúde primários há mais utentes inscritos, mas também aumentou o número de utentes com médico de família. Nas urgências a mudança começa a mostrar resultados: o tempo médio de espera entre a triagem e a primeira observação desceu. Também na emergência médica há investimento, contratação e modernização.

Sr.as e Srs. Deputados, a pergunta que nos fica deste debate é a mesma de quando começámos, e a que o PS uma vez mais não soube responder: qual é a alternativa?

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Conservar tudo como está? Adiar decisões difíceis?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Já tem duas!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Prometer soluções fáceis e imediatas para problemas estruturais nunca resolvidos por quem teve tantos anos essa responsabilidade?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A saúde exige outro patamar de responsabilidade. E é também por isso que o Governo aceita de bom grado e colaborará de boa-fé com o Pacto da Saúde previsto pelo Sr. Presidente da República.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Nós também!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E deixe-me dizer-lhe que enviaremos para esse pacto representantes que não disseram do atual Presidente da República aquilo que Maomé não ousou dizer do toucinho!

Risos de Deputados do PSD, da IL e do CDS-PP.

Este Governo escolheu reformar, escolheu intervir na obstetrícia, nas urgências, na saúde mental, na medicina familiar, nas listas de espera, na organização dos cuidados, nos profissionais e nas infraestruturas.

Há problemas? Claro que sim. Há atrasos? Evidentemente que sim. Há soluções que exigem correção? Sim, é verdade. Mas a diferença entre governar e comentar — ainda que seja no Parlamento — está precisamente aqui: governar é assumir problemas, é tomar decisões, é executar medidas, é corrigir aquilo que falha e prestar contas ao País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É isso que estamos a fazer e é isso que vamos continuar a fazer. Por 530 vezes, este Governo, nesta sessão legislativa, veio a este Parlamento; dentro deste Parlamento e no resto do País, continuaremos a procurar as soluções em vez de inflamarmos os problemas.

Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estritamente para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro acaba de fazer um comentário, no início da sua intervenção, sobre a organização dos nossos…

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é comentário, desculpa lá!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É uma intervenção!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é uma intervenção!

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, calma! Senão ninguém ouve!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não, eu consigo dizer…

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado vai fazer a interpelação…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estritamente.

O Sr. **Presidente**: — … e eu estarei atento para verificar se é uma interpelação…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É óbvio!

O Sr. **Presidente**: — … ou se é uma tentativa de contraditório…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não, não!

O Sr. **Presidente**: — Sou eu que estou a falar, Sr. Deputado! Sou eu que estou a falar, *OK*?
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro fez uma alusão à organização do nosso debate,…

O Sr. **Presidente**: — Sim…?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não se aponta o dedo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … e é sobre isso que eu estou a fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Para quê?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Sr. Ministro acabou de dizer que quem escolhe os membros do Governo que vêm a debate é o Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sim. E…?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É certo, mas não se pode é furtar à avaliação que fazemos…

Aplausos do PS.

Protestos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, já está a fazer contraditório!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vou permitir.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente…

O Sr. **Presidente**: — Não vou permitir, Sr. Deputado, não vou permitir!

Aplausos do PSD e de Deputados da IL.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente…

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado está a fazer um contraditório, está a usar a palavra… Não vou permitir.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não vou fazer um contraditório!

O Sr. **Presidente**: — Não vou permitir.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não vou fazer! Mas deixe-me dizer, Sr. Presidente,…

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar às votações…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … esperarei que essa…

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o sentido da sua interpelação não estava a ir ao encontro daquilo que é regimentalmente aceitável.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tens de te sentar, pá!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Lamento dizer, mas era uma interpelação sobre a condução dos trabalhos. A figura que o Sr. Presidente refere — e bem! —, de interpelação, foi aquela que eu usei, plenamente.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, não lhe vou dar a palavra.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente,…

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe o favor de não insistir.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … ter dois pesos e duas medidas não é um bom princípio!

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe para não insistir.
Vamos passar às votações.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não foi bom, pois não?!

O Sr. **Presidente**: — Vamos abrir o sistema de registo de quórum para as votações.
O Sr. Ministro está a pedir a palavra? É para uma interpelação?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É para sair.

O Sr. **Presidente**: — Ah, para sair! Faça favor! É sempre bom o Governo pedir autorização ao Presidente para sair.

Risos.

Portanto, o segundo ponto da nossa ordem de dia, sem tempo atribuído para discussão, referente ao Projeto de Resolução n.º 963/XVII/1.ª (CAE) — Pronúncia da Assembleia da República sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que visa estabelecer requisitos harmonizados no mercado interno de transparência na representação de interesses em benefício de países terceiros, está também considerado como cumprido.

Portanto, peço aos serviços para abrirem o sistema, para verificarmos o quórum, e peço que registem a minha presença.

Pausa.

Também os Srs. Deputados que estão *online*…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Deve ser o Miguel Guimarães!

Risos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Se algum Sr. Deputado tiver algum problema no registo é favor assinalar desde já.

Pausa.

Parece que não há. Então podemos encerrar a verificação do quórum.

Pausa.

Temos 196 Sr.as e Srs. Deputados presentes, portanto temos condições de quórum.

Pedia agora particular atenção…

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente…

O Sr. **Presidente**: — Sim?

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, é só para registar a minha presença.

O Sr. **Presidente**: — Mais alguém?

Pausa.

Então, vamos passar ao Projeto de Voto n.º 548/XVII/1.ª (CDS-PP) — De pesar pela morte de Pedro Feist.

Peço ao Sr. Deputado João Almeida o favor de proceder à respetiva leitura.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Pedro Feist nasceu a 11 de março de 1936, em Lisboa, no seio de uma família fugida à perseguição do regime nazi na Alemanha.

Na década de 60, foi um distinto atleta de andebol do Sporting Clube de Portugal, onde conquistou diversos títulos nacionais e regionais.

Em 1966, seguiu os passos do pai no mundo dos negócios e fundou a Concentra, uma empresa de distribuição de brinquedos, que elevou ao patamar de referência nacional de que hoje goza junto dos portugueses.

Distinto militante e dirigente do CDS, Pedro Feist ocupou vários cargos dirigentes nos diversos órgãos do partido. Deputado do CDS na III, IV e VII Legislaturas, Pedro Feist foi vice-presidente da Assembleia da República de 8 de maio de 1999 até ao fim da VII Legislatura.

Mas foi ao serviço da cidade de Lisboa que Pedro Feist mais marcou a sua vida pública. Foi vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, nos mandatos de Nuno Krus Abecassis, e vereador eleito nos mandatos de Pedro Santana Lopes, Carmona Rodrigues e António Costa.

Pelo seu longo e variado percurso, dedicado à vida pública e à excelência empresarial, foi agraciado em 2006 com a Comenda da Ordem de Mérito, pelo Presidente da República Jorge Sampaio.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pela morte de Pedro Feist e apresenta à sua família e amigos as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Estão presentes familiares do Dr. Pedro Feist, a quem apresentamos os nossos sentidos pêsames.

Vamos então votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos ao Projeto de Voto n.º 585/XVII/1.ª (PAR) — De pesar pelo falecimento do General Manuel José Alvarenga de Sousa Santos, sendo que também estão presentes familiares na galeria, a quem apresentamos os sentidos pêsames.

Peço ao Sr. Deputado Francisco Figueira o favor de ler este projeto de voto.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«A Assembleia da República manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do General Manuel José Alvarenga de Sousa Santos, antigo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e antigo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, que dedicou a sua vida ao serviço de Portugal e das Forças Armadas.

Nascido em Torres Novas, em 1940, ingressou na Academia Militar e desenvolveu uma reconhecida carreira na Força Aérea Portuguesa como piloto-aviador, assumindo ao longo de décadas diversas funções de comando, direção e chefia. O seu percurso culminou com o exercício dos mais elevados cargos da hierarquia militar nacional, destacando-se pela competência e dedicação à causa pública.

Enquanto Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e, depois, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, contribuiu para o reforço da capacidade operacional das Forças Armadas e para a afirmação do seu papel ao serviço da República, da democracia e dos compromissos internacionais de Portugal.

O General Manuel Alvarenga de Sousa Santos deixa um legado de serviço e dedicação ao País, amplamente reconhecido pelos seus pares e por sucessivas gerações de militares.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, presta homenagem à sua memória e exprime à sua família, amigos e camaradas as mais sentidas condolências.»

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, coloco à votação a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, na sequência das votações a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Avançamos agora com a votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 586/XVII/1.ª (PAR) – De saudação pelos 25 anos do jornal *Bom Dia*.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Seguimos com a votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 589/XVII/1.ª (PAR) – De saudação pelos 115 anos do voto de Carolina Beatriz Ângelo.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Votamos seguidamente o Projeto de Deliberação n.º 29/XVII/1.ª (PAR) – Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 981/XVII/1.ª (PAR) – Deslocação do Presidente da República ao Luxemburgo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Seguimos agora com a votação final do Projeto de Resolução n.º 963/XVII/1.ª (CAE) – Pronúncia da Assembleia da República sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que visa estabelecer requisitos harmonizados no mercado interno de transparência na representação de interesses em benefício de países terceiros.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PCP e do BE e a abstenção do L.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 397/XVII/1.ª (L) – Alarga o âmbito das medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais para incluir fenómenos naturais extremos, alterando o Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE e do JPP e a abstenção do PAN.

Avançamos agora com a votação final do Projeto de Resolução n.º 876/XVII/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo a publicação anual, por parte dos municípios, de um relatório público sobre as habitações municipais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE e do PAN, os votos a favor do PSD, do CH e do CDS-PP e as abstenções da IL e do JPP.

Procedemos, seguidamente, à votação final do Projeto de Resolução n.º 877/XVII/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo a concretização da ligação do município da Trofa à rede de metro do Porto.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do L, do PCP e do CDS-PP.

Seguimos, de imediato, com a votação final do Projeto de Resolução n.º 880/XVII/1.ª (IL) — Pela abertura internacional da ferrovia em Portugal.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP e do BE e as abstenções do CH, do PAN e do JPP.

Passamos à votação final do Projeto de Resolução n.º 895/XVII/1.ª (PS) – Ampliação do estudo prévio da ligação A23–A6 via nó logístico de Elvas/Campo Maior e considerando as três alternativas a norte Nisa/Gavião.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE e do JPP e as abstenções do CH e do PAN.

Avançamos, com a votação final do Projeto de Resolução n.º 836/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a convocação do Embaixador de Israel em Lisboa para protesto formal pelos ataques realizados contra o Líbano.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentará uma declaração de voto relativa a este projeto de resolução.

O Sr. **Presidente**: — Avançamos para a votação final do Projeto de Resolução n.º 873/XVII/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços no sentido de garantir a reabertura da linha aérea entre o Porto e Clermont-Ferrand, em França.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda apresentará uma declaração de voto. Para que fique registado.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Temos agora para fazer a votação final do Projeto de Resolução n.º 878/XVII/1.ª (IL) – Pela evocação dos 40 anos da catástrofe de Chernobil e reforço do compromisso de Portugal com a segurança nuclear, a responsabilização histórica e o apoio à soberania da Ucrânia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e o voto contra do PCP.

Avançamos, com a votação final do Projeto de Resolução n.º 254/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a aprovação de medidas urgentes de apoio aos apicultores afetados pelos incêndios rurais de 2025.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do BE e do JPP e as abstenções do PSD, do L, do PCP e do PAN.

Aplausos do CH.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 955/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo o reforço das medidas de prevenção e combate à violência policial e ao abuso de poder pelas forças de segurança.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, o voto contra do CH e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 884/XVII/1.ª (L) — Recomenda a criação de um grupo de recrutamento em Português Língua Não Materna.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e da IL.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 667/XVII/1.ª (L) — Recomenda que os exames nacionais dos estudantes com daltonismo lhes estejam totalmente adaptados.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Baixa à 8.ª Comissão.

Passamos para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 966/XVII/1.ª (PSD) — Pela promoção da igualdade de condições nos exames nacionais para alunos com daltonismo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Baixa à 8.ª Comissão.

Votamos agora à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 971/XVII/1.ª (IL) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas concretas para garantir a plena acessibilidade das provas e exames nacionais de alunos com daltonismo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Baixa à 8.ª Comissão.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 980/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que adote medidas para garantir a equidade e apoio especializado a alunos com necessidades visuais específicas em provas de avaliação externa.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Baixa à 8.ª Comissão.

Passamos para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 984/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço das medidas de acessibilidade nos exames nacionais para alunos com daltonismo.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do BE e do JPP e as abstenções do L, do PCP e do PAN.

Baixa à 8.ª Comissão.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projeto de Resolução n.º 846/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que inicie os estudos conducentes à criação de uma estrutura conjunta comum das Forças Armadas nas áreas administrativa, de recursos humanos e logística.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS e da IL, os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP e as abstenções do L, do BE, do PAN e do JPP.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projeto de Resolução n.º 858/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a adoção de uma estratégia plurianual para o reforço da atratividade, retenção e valorização dos efetivos das Forças Armadas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, do PCP e do CDS-PP.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projeto de Resolução n.º 899/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação do programa «Defender Portugal», estabelecendo um regime de voluntariado jovem para a defesa.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos contra do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projeto de Resolução n.º 900/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação e implementação do programa «Mente forte», que reforce a saúde mental nas Forças Armadas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP, o voto contra do PCP e as abstenções do PS e do BE.

Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para apresentar uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Vamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 762/XVII/1.ª (CH) — Pela operacionalização de programas de vida independente para pessoas com deficiência.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP, o voto contra do PSD e as abstenções do L e do PCP.

Seguimos com a votação, na generalidade, do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de lei n.º 130/XVII/1.ª (PAN) — Prevê a criação de um plano nacional de busca, salvamento e socorro animal integrado na resposta a catástrofes, bem como de equipas e infraestruturas para a sua operacionalização no âmbito da proteção civil.

O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, queria solicitar à Mesa que, antes desta votação, pudéssemos ouvir o Plenário e as lideranças dos grupos parlamentares, porque só por consenso é possível, sobre a possibilidade de retirar este ponto da agenda e do guião de votação de hoje e passar para a próxima semana. Já tive a ocasião de falar com a Sr.ª Deputada do PAN, que aceitará, mas é preciso a anuência de todos os grupos parlamentares. Se puder acontecer, vota-se para a semana, se não acontecer, acaba aqui hoje.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, tem a palavra.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, vamos dar condições à Sr.ª Deputada para usar da palavra. Sr.ª Deputada, faça favor.

Continuação de burburinho na Sala.

Sr. Deputado Hugo Soares, a Sr.ª Deputada deseja falar.
Sr.ª Deputada, faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para anunciar que, enquanto proponente, o PAN não se opõe a que seja adiado para a semana pois, tendo em conta que estamos a falar de um trabalho que se arrasta a mais de uma legislatura, preferimos reunir o consenso das forças políticas para que ele seja viabilizado, do que deitar fora o que tem sido um trabalho de todas as forças políticas, em particular das associações.

O Sr. **Presidente**: — Algum dos grupos parlamentares se opõe?

Pausa.

Uma vez que nenhum grupo parlamentar se opõe, este ponto passa para a próxima semana.

O Sr. **Presidente**: — Peço ao Sr. Secretário da Mesa para ler os pareceres e depois os pormos à votação.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de autorizar o Sr. Deputado André Ventura a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo 1340/21.0T9LSB que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca do Porto — Juízo Central Criminal do Porto — Juiz 5.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o parecer que acaba de ser lido.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para a leitura do parecer seguinte.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados é no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar do Sr. Deputado Carlos Barbosa no âmbito do processo de inquérito 620/25.0PCBRG que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Braga — Juízo de Instrução Criminal de Braga — Juiz 1.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o parecer que acaba de ser lido.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A nossa próxima sessão é no dia 2 de junho, terça-feira, às 15 horas. A ordem do dia já está devidamente distribuída e publicada no *site* da Assembleia da República.
Obrigado e boa tarde, Sr.as e Srs. Deputados.

Eram 13 horas e 23 minutos.

———

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Nota: *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do PS Eurico Brilhante Dias, pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes e pelo Deputado do BE Fabian Figueiredo não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.